



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO

ANTTONIO ALMEIDA JÚNIOR

EMPREENDEDORISMO E GESTÃO COMO FERRAMENTAS DA
EXTENSÃO RURAL E DOS PEQUENOS NEGÓCIOS ASSOCIATIVOS
PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

JUAZEIRO – BA

2021

ANTONIO ALMEIDA JÚNIOR

**EMPREENDEDORISMO E GESTÃO COMO FERRAMENTAS DA
EXTENSÃO RURAL E DOS PEQUENOS NEGÓCIOS ASSOCIATIVOS
PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira, graduada em Estatística pela UNESP, Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela UFLA e Doutora em Demografia na UNICAMP.

Coorientador: Prof. Dr. René Geraldo Cordeiro Silva Junior, graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestre em Zootecnia e Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

JUAZEIRO – BA

2021

Almeida Júnior, Anttonio.

A447e Empreendedorismo e gestão como ferramentas da extensão rural e dos pequenos negócios associativos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável / Anttonio Almeida Júnior. – Juazeiro, Ba, 2021.
viii, 84 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação para Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento -
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural,
Juazeiro (Ba) – 2021

Orientadora: Profa Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira.
Coorientador: Prof. Dr. René Geraldo Cordeiro Silva Junior

1. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATE). 2. Associativismo. 3. Piscicultura familiar. I. Título. II. Pereira, Monica Aparecida Tomé. III Silva, Junior, René Geraldo Cordeiro. IV. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.71

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Renato Marques Alves – CRB 5/1458.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL –
PPGExR**

MESTRADO PROFISSIONAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTTONIO ALMEIDA JÚNIOR

**EMPREENDEDORISMO E GESTÃO COMO FERRAMENTAS DA
EXTENSÃO RURAL E DOS PEQUENOS NEGÓCIOS ASSOCIATIVOS
PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

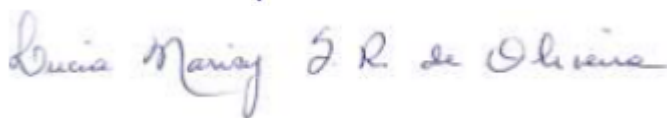
Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Extensão Rural
e Desenvolvimento pela Universidade Federal do
Vale do São Francisco.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2021.

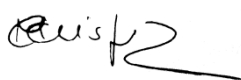
Banca Examinadora



Prof. Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira – PPGExR/Univasf



Prof. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira – PPGExR/Univasf



Prof. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva (Membro Externo)

À minha esposa Silvana Almeida pelo dedicação, estímulo e companheirismo.

Aos meus filhos Iana Mirela e Almeida Netto pela compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

À Deus por tudo! E também pela oportunidade de poder contribuir para o fortalecimento da piscicultura familiar em tanques rede na região dos Sub Médio do Rio São Francisco com o foco na melhoria dos processos de gestão, estímulo ao empreendedorismo e do associativismo empresarial,

À minha Família, alicerce do meu dia a dia, meu porto seguro,

Aos Mestres pelos ensinamentos,

Aos Colegas da turma R3 do PPGExR pela convivência e troca de saberes e experiências.

"O homem racional adapta-se ao mundo, o irracional tenta adaptar o mundo a si mesmo. Portanto, todo progresso depende do homem irracional"
Bernard Shaw

"Muitas vezes, as pessoas não sabem o que elas querem até você mostrar a elas"
Steve Jobs

RESUMO

Esta pesquisa buscou, através de estudo de caso, fazer um comparativo dos dois tipos de associativismo, seus efeitos e os resultados alcançados nos programas de fomento à piscicultura em tanques rede na região do Submédio do Rio São Francisco. De um lado um modelo de política pública tradicional de fomento, com aplicação de recursos não reembolsáveis, ATER oficial e forte viés institucional que foi implantado nos municípios de Paulo Afonso/Ba e Petrolândia/Pe. Do outro lado, um modelo inovador, com base em uma intervenção com foco no coletivo, do aprender fazendo, de forma interdisciplinar, com foco em um modelo diferenciado de associativismo, de gestão solidária e participativa no qual o coletivo se sobrepõe ao individual e, foi implantado pela Diocese de Floresta/Pe nos municípios pernambucanos de Jatobá, Itacuruba e Belém do São Francisco.

Os dois modelos, apesar de diferentes na visão do associativismo e fomento aos beneficiários, as duas experiências tinham o objetivo de contribuir com os negócios rurais dos piscicultores familiares em tanques rede, atividade agropecuária que tem papel significativo para o desenvolvimento sustentável da região do Submédio do Rio São Francisco e, desenvolveram um importante papel na viabilidade econômica e social das famílias, com geração de renda, melhoria na qualidade de vida e inclusão social seguindo o “pacote tecnológico” e em respeito ao trinômio Produção X Meio Ambiente X Mercado.

Num segundo momento buscou-se entender este modelo diferenciado de ATER implantado por Padre Antonio Miglio, onde o acompanhamento técnico e as capacitações em associativismo, gestão e comercialização, são permanentes e não sofrem descontinuidade ao longo do tempo. As associações não tem “dono”, os bens são de uso comum e as tarefas e os resultados partilhados de forma igual para todos. As pisciculturas orientadas por este modelo mudaram para melhor nos últimos 20 anos, direta ou indiretamente, a vida de mais de 800 pessoas. Hoje são mais de 300 famílias que dependem diretamente da produção de tilápias nas associações.

Palavras-chave: ATER. Associativismo. Piscicultura familiar. Desenvolvimento Sustentável. Empreendedorismo.

RÉSUMÉN

Esta investigación buscó, a través de un estudio de caso, hacer una comparación de los dos tipos de asociaciones, sus efectos y los resultados alcanzados en programas de promoción de la piscicultura en tanques de red en la Región Submedio del Río São Francisco. Por un lado, un modelo de política pública tradicional de promoción, con aplicación de recursos no reembolsables, ATER oficial y fuerte sesgo institucional que se implementó en los municipios de Paulo Afonso / Ba y Petrolândia / Pe. Por otro lado, un modelo innovador, basado en una intervención centrada en lo colectivo, de aprender haciendo, de manera interdisciplinaria, con un enfoque en un modelo diferenciado de asociativismo, de gestión solidaria y participativa en el que el colectivo se superpone al individuo y fue implementado por la Diócesis de Floresta / Pe en los municipios de Jatobá, Itacuruba y Belém do São Francisco.

Los dos modelos, aunque diferentes en la visión de asociativismo y promoción a los beneficiarios, las dos experiencias tenían el objetivo de contribuir a los negocios rurales de los piscicultores familiares en tanques de red, actividad agrícola que tiene un rol significativo para el desarrollo sustentable del país. Región submedia del Río São Francisco e, desarrolló un papel importante en la viabilidad económica y social de las familias, con generación de ingresos, mejoramiento de la calidad de vida e inclusión social siguiendo el "paquete tecnológico" y en el respeto a la Producción X Medio Ambiente X Trinomio de mercado.

En un segundo paso, buscamos entender este modelo diferenciado ATER implementado por el Padre Antonio Miglio, donde el seguimiento técnico y la capacitación en asociativismo, gestión y marketing son permanentes y no sufren discontinuidad en el tiempo. Las asociaciones no tienen "propietario", los bienes son de uso común y las tareas y resultados se comparten por igual para todos. Las piscifactorías guiadas por este modelo han cambiado la vida de más de 800 personas durante los últimos 20 años, directa o indirectamente. Hoy existen más de 300 familias que dependen directamente de la producción de tilapia en las asociaciones.

Palabras clave: ATER. Asociativismo. Piscicultura familiar. Desarrollo sustentable. Emprendimiento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Esquema metodológico do conceito utilizado na Dissertação para a Interdisciplinaridade	11
Figura 2 -	Situação geográfica e abrangência do Território Itaparica Ba/Pe	13
Figura 3 -	Tilápia (<i>Oreochromis spp.</i>), o peixe que dominou o Brasil	15
Figura 4 -	Atividade de piscicultura familiar em tanques rede no povoado de Xingozinho – Paulo Afonso (Ba)	16
Figura 5 -	Atividade de piscicultura familiar em tanques rede Piscicultura em Jatobá (Pe)	18
Figura 6 -	Associação de Piscicultura em Petrolândia	21
Figura 7 -	Assembleia Geral de Fundação e os Associados da PEIXE SF	23
Figura 8 -	Mesa de Abertura da Rio 92	29
Figura 9 -	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	31
Figura 10 -	O pesquisador em ação na piscicultura de Malhada Grande – Paulo Afonso/Ba	45
Figura 11 -	Despesca de Tilápia	49
Figura 12 -	Padre Antonio – Um promotor Social	51
Figura 13 -	Associação de Mulheres em Jatobá – Pe	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases da Pesquisa	40
Quadro 2 - Inovações no Manejo	54
Quadro 3 - Inovações na capacitação e gestão associativa	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição por Participação: Homens X Mulheres	47
Gráfico 2 - Distribuição por Idade	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil S/A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER /BA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PEIXE BR	Associação Brasileira da Piscicultura
PEIXE SF	Associação de Aquicultura do Rio São Francisco
PRODUZIR	Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado da Bahia
PRONAF	Política Nacional da Agricultura Familiar
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
1.1	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	12
1.2	A PISCICULTURA NO SUB MÉDIO SÃO FRANCISCO (SBSF), TERRITÓRIO ITAPARICA BA/PE	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	O SER RURAL	25
2.2	ENFOQUES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	28
2.2.1	Desenvolvimento Regional	31
2.3	EMPREENDEDORISMO	32
2.4	A HISTORIA DA ATER NO BRASIL	35
3	MATERIAL E MÉTODOS	40
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.2	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	43
4	A PESQUISA DE CAMPO E SEUS RESULTADOS	45
4.1	O RESULTADO DAS ASSOCIAÇÕES	45
4.2	A VISÃO DOS TÉCNICOS DE ATER	48
4.3	O MODELO DE PADRE ANTONIO E DONA IVONE LISBOA	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	
	ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, oitava do Brasil e sétima em um século de república, foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 05 de outubro do mesmo ano. Também conhecida como a Constituição Cidadã, institucionalizou a participação do cidadão na formatação e no controle das políticas públicas brasileiras. A partir daí, a participação social no processo de políticas públicas no Brasil foi ganhando espaço entre os discursos políticos como uma das respostas plausíveis à crise do Estado. É nestes espaços de discussão onde o cidadão está sendo ouvido em seus anseios e o desejo do coletivo da sociedade. Todo um aparato de instrumentos e procedimentos que promovem a gestão pública participativa e as práticas de governança foram montados em um caminho tido como possível, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Nos mais diferentes seguimentos da sociedade os grupos sociais foram se organizando tendo sua gestão privada, e em sua maioria com o apoio do sistema público. É neste cenário que as associações de piscicultura se caracterizam como entidades não governamentais, com visão de autonomia, igualdade, coletividade compartilhada e comprometidas com a sociedade civil. Essas associações são formadas pelos piscicultores de uma determinada localidade ou região, sendo elas instrumento de transformação social quando orientadas para objetivos além muros, externos ao seu núcleo, porém ligados direta ou indiretamente às suas atividades.

O associativismo rural tem se mostrado cada vez mais promissor como alternativa de organização econômica da sociedade, revelando seu potencial a partir da interação com mercados dinâmicos e competitivos. O relacionamento com o Estado é usual e permanente, pois permite o acesso a políticas públicas que, em sua maioria, priorizam a forma organizacional associativa como modelo para promoção da inclusão produtiva. Tais políticas públicas de fomento à produção e incentivo à cooperação rural ganham força a partir da concepção e da busca do desenvolvimento rural sustentável através da estratégia da criação de associações, atingindo as áreas políticas, econômicas, sociais e ambientais, visando contribuir para o equilíbrio socioeconômico e a estabilidade social no campo.

Entende-se aqui as associações rurais como formas jurídicas em que grupos comunitários, antes informais, resolvem legalizar-se para obter mais visibilidade perante a sociedade e participar de programas governamentais, com o objetivo de

promover e ampliar a defesa dos interesses de seus associados, além de buscar melhorias técnicas e profissionais dos mesmos. A formação de associações está amparada legalmente pela Constituição Brasileira de 1988 (art.5º) e pelo Código Civil e, o estímulo ao associativismo foi e ainda é uma forma bastante utilizada para a implantação de programas e projetos de desenvolvimento rural, sejam eles de origem governamentais ou não governamentais.

No Nordeste brasileiro, a forma de cooperação do campesinato era baseada, tradicionalmente, no adjutório (*substantivo masculino*: prestação de ajuda, de socorro; auxílio) nome dado ao mutirão, a ajuda, ao auxílio prestado entre trabalhadores do campo, que aconteciam com a permuta de dias de serviço, na construção das casas, no momento do plantio e na colheita das roças. Entretanto, a partir dos anos 1980, por conta de políticas públicas e de programas de agências de desenvolvimento federais, estaduais e de organizações da sociedade civil, muitos programas de crédito, assistência técnica, qualificação, desenvolvimento local e de acesso à terra, estimularam a criação de grupos sob a forma jurídica de associações, fossem elas de moradores ou de pequenos produtores rurais, que posteriormente foram alteradas em sua nomenclatura para associações de agricultores familiares, por conta da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PRONAF).

O recorte primordial para a formação dessas associações constituiu-se na tentativa de redução da pobreza rural e inclusão do campesinato nos processos produtivos e deveu-se ao fato da população rural, em sua maioria, terem poucas oportunidades de inserção no setor formal da economia, seja por conta dos fatores adversos da convivência com o semiárido, e no caso em estudo, pelo fim do ciclo de construção das grandes obras das hidrelétricas no rio São Francisco. O grande número de associações então criadas tinha em sua vinculação a participação, descentralização e valorização do nível local (construção do tecido social), de forma a diminuir ou mesmo atenuar os efeitos da situação de vulnerabilidade até então estabelecida. Estas dimensões faziam e fazem parte das *práxis* dos programas governamentais e não governamentais de desenvolvimento.

Outro recorte foi quanto ao fortalecimento das agroindústrias comunitárias. A exemplo de outras experiências, essas comunidades tem desvantagens seja por

conta da limitação dos fatores de produção e de recursos diversos – quantidade, qualidade, constância de produção, capacitação, gestão - e da baixa participação dos associados em decisões e na condução efetiva dos negócios comunitários.

Silva (2007) ao estudar o conceito de vulnerabilidade social presente nos trabalhos de Ruben Katzman, indica que as populações vulneráveis, diga-se população pobre e com relações precarizadas de trabalho, tem dificuldades para acumular capital social, seja: individual, coletivo ou cívico, esta dificuldade é expressa em níveis de qualidade de vida inferiores. Este contingente populacional é excluído pois, seus laços com a sociedade estão “esgaçados”, quer seja pelo mercado de trabalho, pela sua localização no espaço geográfico ou ainda por uma baixa escolarização. “A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui” (livre tradução). Ser pobre, segundo Ruben Katzman, é quando não se satisfazem as necessidades básicas dos indivíduos.

“Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a uma situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecerla a partir de ciertas debilidades, que se constatan em el presente. (KATZMAN, 2005, p. 04).”

Nos últimos 25 anos, os governos da Bahia e de Pernambuco, através das suas empresas de fomento e de Assistência Técnica e Extensão rural (ATER), tem desenvolvido ações junto à população rural através do estímulo a atividade da piscicultura em tanques rede na região do Submédio São Francisco com o objetivo de reduzir os graves problemas sociais existentes, através de uma presença mais constante de seus agentes de extensão no campo junto aos piscicultores, divulgando e viabilizando as políticas públicas estabelecidas, promovendo a modernização dos processos produtivos, através da geração, difusão e estímulo ao uso de tecnologias de produção e manejo capazes de aumentar os índices de produtividade, além de viabilizar através de ações de fomento a participação de outrora agricultores familiares em empreendimentos coletivos de piscicultura.

Para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Para coordenar as ações de ATER, o órgão dispõe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), a

PNATER foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar. O PRONATER é o instrumento orientador do processo de implementação da PNATER e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País. É coordenado pelo DATER/SAF e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar, com base nas políticas da SAF, nos Programas Estaduais de ATER e nas demandas da agricultura familiar.

Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>

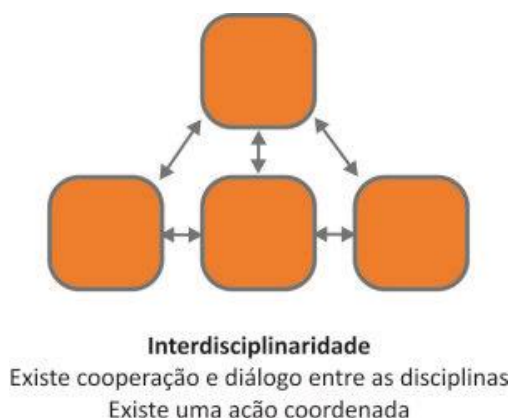
Entretanto nestes programas de desenvolvimento rural da piscicultura familiar tem-se observado uma baixa ocorrência de capacitações gerenciais e em empreendedorismo necessárias para lidar com a complexidade de fatores econômicos e mercadológicos que determinam o desempenho dessa atividade. Estas organizações associativas são oficialmente atendidas por políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, porém nem sempre alcançam os resultados previstos, seja por limitação dos diversos fatores de produção (capital, trabalho, matéria prima, bens e serviços) ou pela falta de características de comportamento empreendedor e de gestão entre os seus membros, ou mesmo por deficiências no serviço de ATER.

Apesar da piscicultura em tanques rede de ter seu pacote tecnológico bem definido, para Vidal (2016) a atividade enfrenta muitos problemas com dificuldades de comercialização, de obtenção de licenças ambientais e falta de acompanhamento técnico. Já para Barroso et al (2018), sem ampliação do acesso à tecnologia moderna e certificação de aplicação das tecnologias menos onerosas (como simples biometria, medições da qualidade da água, anotações gerais – técnicas e financeiras, avaliação da conversão alimentar, por exemplo), a vasta maioria dos piscicultores de pequeno e médio porte dificilmente sobreviverão a tais contextos. Dessa forma, a curto prazo, o desenvolvimento da tilapicultura para o pequeno e médio produtor tende a se limitar aos mercados regionais.

Alie-se ainda que no debate sobre Produção X Preservação Ambiental X Mercado, o desafio do serviço público de ATER em viabilizar uma modalidade de exploração aquícola que seja simultaneamente socialmente justa, economicamente viável, integrada e sustentável com os recursos naturais, vêm ocupando um espaço cada vez maior. Os desafios desta lógica na operacionalização dessas ideias, são imensos. Os agentes de desenvolvimento, os técnicos de ATER e demais protagonistas da atividade, devem incluir nas suas ações o caráter interdisciplinar da extensão rural e seus efeitos no espaço e no tempo, dos fatores econômicos e mercadológicos da atividade, dos usos que fazemos da natureza, do multiuso do rio São Francisco, das

inovações tecnológicas, da *práxis* extensionista, sem esquecer a grande diversidade de atores sociais, sejam eles representantes do setor governamental, do setor econômico ou da sociedade civil organizada. Pois, como bem ensinava Paulo Freire em relação ao campesino, nos dias atuais onde os saberes, muitos dos quais incertos encontram-se ao acesso da maioria dos indivíduos, “parece ao autor inadiável que se discuta, interdisciplinarmente, a assistência técnica” (FREIRE, 1968, 9).

Figura 1: Esquema metodológico do conceito utilizado na Dissertação para a Interdisciplinaridade



Interdisciplinaridade => Intercâmbio mútuo e interação de diversos conhecimentos de forma recíproca e coordenada; perspectiva metodológica comum a todos; integrar os resultados; permanecem os interesses próprios de cada disciplina, porém, buscam soluções dos seus próprios problemas através da articulação com as outras disciplinas.

Fonte: <https://osmurosdaescola.wordpress.com/2011/07/06/multi-pluri-trans-inter-mas-o-que-e-tudo-isso/> acesso em 10.09.2019

Esta pesquisa buscou, através de estudo de caso, fazer um comparativo dos dois tipos de associativismo, seus efeitos e os resultados alcançados nos programas de fomento à piscicultura em tanques rede na região do Submédio do Rio São Francisco. De um lado um modelo de política pública tradicional de fomento, com aplicação de recursos não reembolsáveis, ATER oficial e forte viés institucional que foi implantado nos municípios de Paulo Afonso/Ba e Petrolândia/Pe. Do outro lado, um modelo inovador, com base em uma intervenção com foco no coletivo, do aprender fazendo, de forma interdisciplinar, do aprender fazendo, com foco em um modelo diferenciado de associativismo, de gestão solidária e participativa no qual o coletivo se sobrepõe ao individual e, foi implantado pela Diocese de Floresta/Pe nos municípios pernambucanos de Jatobá, Itacuruba e Belém do São Francisco.

Ambos, apesar de diferentes na visão do associativismo e fomento aos beneficiários, as duas experiências tinham o objetivo de contribuir com os negócios ru-

rais dos piscicultores familiares em tanques rede, atividade agropecuária que tem papel significativo para o desenvolvimento sustentável da região do Submédio do Rio São Francisco e, desenvolveram um importante papel na viabilidade econômica e social das famílias, com geração de renda, melhoria na qualidade de vida.

Buscou-se ainda entender este modelo diferenciado de ATER implantado por Padre Antonio Miglio, onde o acompanhamento técnico e as capacitações em associativismo, gestão e comercialização, são permanentes e não sofrem descontinuidade ao longo do tempo. As associações não tem “dono”, os bens são de uso comum e as tarefas e os resultados partilhados de forma igual para todos.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: Introdução, Referencial Teórico, Materiais e Métodos, A Pesquisa de Campo e as Conclusões. No capítulo inicial há a contextualizando da região, o histórico e os agentes dos projetos de desenvolvimento sustentável implantados na piscicultura em tanques rede; o Capítulo II traz os conceitos: o Ser Rural, Enfoques do Desenvolvimento Sustentável, Empreendedorismo e um breve resumo da história da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. No Capítulo III apresentamos a metodologia – materiais e métodos – que foram adotados para a condução do trabalho. No Capítulo IV apresentam-se a pesquisa de campo e os resultados obtidos, bem como as discussões dos resultados. Por fim, o Capítulo V apresenta as conclusões sobre os resultados obtidos, apresentando as limitações deste trabalho e algumas sugestões ao incentivo de futuros trabalhos.

1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

O Território Itaparica Ba/Pe, faz parte do bioma caatinga e tem a maioria de seus municípios banhados pelo rio São Francisco, sendo composto por cidades de dois estados, Bahia e Pernambuco.

A população total do território é de 286.471 habitantes, dos quais 104.725 vivem na área rural, o que corresponde a 36,56% do total. Possui 16.494 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 9 comunidades quilombolas e 17 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,67. O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Território de Itaparica é originado nas arrecadações sobre a agropecuária, indústria e serviços. Os dados reunidos em percentual, a partir dos órgãos de pesquisa, nos dois Estados, permitem verificar que o valor adicionado da indústria vem em primeiro lugar com uma média entre os dois Estados de 60,44%, devido à produção de energia nas usinas hidroelétricas instaladas; em segundo lugar os serviços com 34,72% e, em terceiro

lugar, vem a agropecuária com 4,84% do PIB, muito embora seja essa a vocação original e mais antiga do Território. (TERRITÓRIO ITAPARICA)

Figura 2. Situação geográfica e abrangência do Território Itaparica Ba/Pe



Fonte: <http://culturaterritorioitaparica.blogspot.com/2011/12/principais-elementos-da-identidade.html>

O campesinato do Território Itaparica Ba/Pe, é bastante diversificado, sendo composto por povos e comunidades tradicionais da caatinga. Banhado pelo rio São Francisco tem nas áreas ribeirinhas a presença de pescadores artesanais e ribeirinhos. Nas áreas de sequeiro encontramos os agricultores familiares, extrativistas e os povos indígenas.

“O Território Itaparica tem a maioria de seus municípios banhados pelo rio São Francisco, sendo composto por cidades de dois estados, Bahia e Pernambuco. Na Bahia, são: Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Rodelas e Paulo Afonso. E em Pernambuco: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacara-te. A identidade cultural do território se dá justamente por essa junção de culturas, essa indefinição de uma homogeneidade de cultura. A maioria das povoações de onde resultaram os atuais municípios do território teve origem na instalação de fazendas de criação de gado e/ou na edificação de templos religiosos, em torno dos quais surgiram e desenvolveram-se os núcleos urbanos, posteriormente, elevados à condição de sedes municipais.

A presença de povos indígenas é uma marca do território. Dentre os inúmeros grupos destacam-se os Pankararus em Tacaratu e Jatobá; os Pankararés nos municípios de Glória e Paulo Afonso, e os Tuxás em Rodelas. O território foi ganhando um outro aspecto a partir de uma sequência de intervenções do Estado, voltada à produção de energia e inspirada na iniciativa de Delmiro Gouveia quando da construção da Usina Hidrelétrica Angiquinho, na Cachoeira de Paulo Afonso, em 1913, com o propósito de alimentar a sua indústria têxtil. A criação da CHESF, em 1945, foi o marco inicial com a finalidade de explorar o potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso. Até então, Santo Antônio da Glória era o município mais

importante da região, e a localidade onde está situada a cidade de Paulo Afonso era um distrito de Glória. Ali havia apenas um povoado, denominado Tapera de Paulo Afonso, cuja expansão determinou sua emancipação em 1954.

Outros componentes dessa mesma natureza, vinculados historicamente ao fenômeno do cangaço, fortemente presente na região por meio da atuação do seu mais expressivo personagem, Virgulino Ferreira – o lendário Lampião – são referenciais sócio-culturais, que não devem ser desprezados e vêm contribuir de algum modo para o desenvolvimento sustentável da região. O sotaque das cidades que compreendem o território são bastantes misturados, com influências fortes de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, além da própria Bahia”.

Fonte: <http://culturaterritorioitaparica.blogspot.com/2011/12/principais-elementos-da-identidade.html>

Esta mesorregião faz parte do Vale do Sub Médio São Francisco, estando localizada na região sertaneja no semiárido do Nordeste do Brasil, a oeste do estado de Pernambuco e norte do estado da Bahia. A temperatura média da região gira em torno de 26°C, com uma umidade relativa média de 50% e precipitação anual média de 450 mm. A insolação anual de 3 mil horas, correspondentes a 300 dias de sol (DATASEBRAE, 2018).

1.2 A PISCICULTURA NO SUB MÉDIO SÃO FRANCISCO (SBSF), TERRITÓRIO ITAPARICA BA/PE

O cultivo de peixes em tanques rede foi iniciado no Japão na década de 1950, chegando ao Brasil nos anos 1970 quando começaram os trabalhos de pesquisa para sua adaptação às condições locais. No Brasil, devido ao grande número de águas continentais, represadas ou não, o cultivo de peixes em tanques rede é uma modalidade de criação promissora e, segundo a Associação Brasileira da Piscicultura (PEIXE BR) a cadeia da produção de peixes cultivados no Brasil, atingiu em 2018 a marca de 722.560 toneladas, com receita de cerca de R\$ 5,6 bilhões. A piscicultura gera cerca de 1 milhão de empregos diretos e indiretos. O Brasil é o quarto maior produtor mundial de tilápias (*Oreochromus spp.*), espécie que representa 55,4% da produção do país. Os peixes nativos, liderados pelo tambaqui, participam com 39,8% e outras espécies com 4,6%.

A piscicultura em tanques rede é uma atividade zootécnica que visa o cultivo racional de peixes, exercendo controle sobre a alimentação, crescimento e reprodução destes animais, sendo necessário para isto muito planejamento, disciplina e tecnologia, objetivando o lucro. A manutenção de organismos aquáticos em cativeiro, como em qualquer outra atividade agroindustrial, resulta do equilíbrio entre Produção

X Meio ambiente X Mercado. No sistema de cultivo de peixes em tanques rede, dentre outras espécies potencialmente cultiváveis, destaca-se no Nordeste a tilápia que tem seu “pacote tecnológico” bem definido no atual emprego de técnicas refinadas de criação, onde se incluem: reversão sexual, hibridação, seleção genética e avanços no campo da alimentação e nutrição.

Figura 3. Tilápia (*Oreochromis spp.*), o peixe que dominou o Brasil



Fonte: <http://pescaepescarialegal.com.br/tilapia/>

A tilápia por ter uma boa aceitação no mercado e ter carne de excelente sabor, vem contribuindo para que a piscicultura de águas interiores tome seu merecido lugar como atividade produtiva. Essa espécie, de origem africana, tem se destacado pela gama de produtos que fazem parte da sua linha de comercialização, pois, além do filé, com alto valor econômico e rendimento da ordem de 35%, ressalta-se ainda o seu couro para fabricação de cintos, bolsas e calçados e o aproveitamento dos subprodutos do beneficiamento na preparação de outros produtos comestíveis como iscas, hambúrgueres e embutidos, entre outros, e na obtenção de óleo e farinha de peixe para usos em rações.

Diante da abundância dos recursos hídricos represados pelas barragens das hidroelétricas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), bem como um clima favorável a atividades aquíferas, a região do Sub Médio São Francisco (SBSF), apresenta todos os subsídios necessários para uma otimizada produção de tilápias em cativeiro, funcionando como alternativa da sobre pesca das espécies de valor comercial do Rio São Francisco, ou seja, as espécies que geravam renda aos pescadores dos municípios, que estão em baixas quantidades populacionais nos estoques.

A piscicultura em tanques redes surgiu inicialmente como solução para os problemas dos pescadores locais e alternativas de renda para os moradores das comunidades rurais ribeirinhas, visando o desenvolvimento da piscicultura na região que

à essa época buscava alternativas de desenvolvimento, após o fim do ciclo de construção das grandes barragens das hidrelétricas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Ribeiro et al (2016) apontam que a partir do ano de 1997, através da administração do município de Paulo Afonso (BA), em uma iniciativa de trazer a atividade da piscicultura para a região, juntamente com uma ação do governo do estado da Bahia, através do Programa de Desenvolvimento da Piscicultura em Grandes Barragens, sendo a Bahia Pesca S/A, empresa pública vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação Pesca e Aquicultura (SEAGRI/BA), a responsável pela implantação da atividade da piscicultura no município de Paulo Afonso através da construção de 80 ha de viveiros escavados às margens do reservatório PA IV, povoado de Caiçara II, e com a formação de várias associações de pequenos produtores para a produção de tilápias em tanques-rede no reservatório de Xingó. Posteriormente o modelo de criação em tanques rede foi replicado para outros municípios, criando o Polo de Piscicultura da região do Sub Médio São Francisco (SBSF).

Ribeiro et al (2016), delimitam o polo de piscicultura do Sub Médio São Francisco (SBSF) como sendo compreendido pelos reservatórios hidrelétricos de Itaparica, Moxotó e Xingó; os estados da federação, Alagoas, Bahia e Pernambuco; e os municípios, Delmiro Gouveia (AL), Glória (BA), Itacuruba (PE), Jatobá (PE), Paulo Afonso (BA), Petrolândia (PE) e Piranhas (AL), onde 69,23 % dos piscicultores são considerados de pequeno porte e produzem coletivamente em associação.

Figura 4: Atividade de piscicultura familiar em tanques rede no povoado de Xingozinho – Paulo Afonso (Ba)



Fonte: <http://www.sdr.ba.gov.br/node/4745>

A piscicultura como uma atividade econômica caracteriza-se como uma importante alavanca de desenvolvimento social e econômico, pois possibilita o aproveitamento racional dos recursos naturais locais – os reservatórios das usinas hidroelétricas de Itaparica, Moxotó e Xingó, criou um novo nicho econômico com a geração de renda através da criação de novos postos de trabalho assalariado e/ou auto emprego, além de prover oportunidades para a entrada de investimentos externos. Nos debates embasados no desenvolvimento sustentável e na geração de emprego e renda, tem-se destacado o papel e importância da piscicultura em tanques rede na região do território de Itaparica Ba/Pe. A atividade é uma das responsáveis pelo impulso no desenvolvimento local e regional, focada tanto no agronegócio com empresas que produzem a tilápias em grande escala, como também pela produção baseada na agricultura familiar, sob forma de associativismo ou de empreendimentos individuais, sendo um dos pilares da economia da Região do Sub Médio São Francisco.

O modelo de desenvolvimento proposto foi uma política pública, integrada, de estímulo a formação de associações e de incentivo a empreendedores locais e externos, através da Prefeitura de Paulo Afonso/Ba, com o apoio do governo do estado da Bahia através da Bahia Pesca S/A, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura Irrigação Pesca e Aquicultura (SEAGRI/Ba), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa vinculada à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), antiga EMATER/Ba, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE/Ba). Foram criadas doze (12) associações, com no mínimo 20 futuros piscicultores cada, todas localizadas no Cânion do Rio São Francisco, entre povoados de Malhada Grande e Xingozinho, município de Paulo Afonso. Optou-se por este modelo de política pública, com forte viés institucional, em grande parte financiada com recursos públicos não reembolsáveis, onde as associações recebiam tanques rede, ração, alevinos e outros insumos. Como contrapartida as associações entravam com a mão de obra para a atividade. Entendia-se que o desenvolvimento da aquicultura possuía particularidades que se encaixavam perfeitamente no ambiente da agricultura familiar, sob a forma de associativismo empresarial, podendo se expandir e despontar como um recurso alternativo importante na geração de emprego e renda, de uma boa relação: renda por hectare X baixo impacto ambiental X aprovei-

tamento de águas públicas. Naquela época as dificuldades eram muitas, desde a inexistência de um pacote tecnológico definido, da necessidade de se abrir mercado para um peixe até então desconhecido e a falta de conhecimento das práticas e atividades do manejo pelos novatos na atividade.

Em uma etapa complementar de implantação da política pública de desenvolvimento da piscicultura, a Prefeitura de Paulo Afonso em missão técnica para Tucson no Arizona (EUA), atrai as empresas que seriam as integradoras da atividade e que iriam produzir os alevinos e juvenis de tilápia, a ração desde as fases iniciais até a despesca e a indústria de processamento e beneficiamento do pescado. Em paralelo, o governo do estado fez criar em 06 de setembro de 1997, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *campus VIII*, em Paulo Afonso, o curso de bacharelado em Engenharia de Pesca, sendo o primeiro da Bahia e o primeiro no interior do Nordeste, com o objetivo de formar mão de obra especializada e também o desenvolvimento da pesquisa e da extensão da cadeia produtiva na Região do Lagos do Rio São Francisco, hoje denominada de Sub Médio do Rio São Francisco.

Figura 5: Atividade de piscicultura familiar em tanques rede em Jatobá (Pe)



Fonte: <https://diocesedefloresta.wordpress.com/acao-social/>

Nas terras pernambucanas, em 2002, a Diocese de Floresta, frente à realidade de miséria e à falta de oportunidade de emprego em que se encontrava a região, promoveu a implantação de um projeto de piscicultura em tanques rede, inicialmente em Jatobá e posteriormente em Petrolândia e Itacuruba. No lugar de espalhar neste imenso território pequenos projetos que beneficiariam poucas famílias, a Diocese decidiu de aplicar os recursos disponíveis em uma atividade que poderia modificar o perfil sócio econômico da região. A atividade, que ocupa homens e mulheres, rapazes e moças, organizados em associação, tem resultados além das expectativas e tornou-se referência para as associações que pretendem começar a piscicultura em Pernambuco e no Nordeste em geral. (DIOCESE DE FLORESTA, 2012).

Padre Antônio Miglio, o “Padre Pescador”, que ainda hoje é o líder extensionista do projeto, juntamente com Ivone Lisboa da Silva orientam com uma metodologia própria, onze associações de piscicultura em Jatobá, Petrolândia e Itacuruba. Dez associações de produção (cria, engorda e terminação) e uma de fábrica de gelo. Cada associação é formada por doze associados e produz em média 15 toneladas de tilápias por mês. A renda mensal de cada associado é de dois a quatro salários mínimos. Cada associação cria as tilápias em 65 tanques rede de 14 m³. (DIOCESE DE FLORESTA, 2012).

As regras básicas adotadas por Padre Antônio como líder extensionista são:

- Educar para uma economia solidária e participativa.
- Formar associações com um número de associados que permita seguir cada fase da atividade da associação.
- Só os associados trabalharem nas associações e não contratar trabalhadores
- Dimensionar a capacidade de produção de cada associação de forma que os associados possam cuidar da atividade produtiva sem sobrecargas de trabalho.
- Garantir uma rentabilidade digna para cada associado, de no mínimo, dois salários mínimos por mês.
- Orientar as associações a definir em conjunto estratégias de produção e de venda, melhorando os resultados para todos.
- Os bens imóveis e móveis são de propriedade da associação e todos os associados participam da divisão dos lucros em partes iguais.
- Valorizar a tecnologia e a qualidade da produção para que as associações possam enfrentar o mercado sem ajuda ou proteção alguma.
- A atividade seja ecologicamente sustentável e integrada com a comunidade local
- Direcionar estes projetos prevalentemente à:
 - 1) População mais jovem, inclusive mulheres,
 - 2) Moradores locais
 - 3) Pessoas sem perspectiva de renda (DIOCESE DE FLORESTA, 2012).

Em janeiro de 2004, em Paulo Afonso (Ba), acontece um acidente ambiental devido a abertura não programada dos vertedouros das usinas de Paulo Afonso IV, Moxotó e da Cachoeira de Paulo Afonso, que aumentou a vazão do rio de forma abrupta em 4 vezes o volume vertido, passando de 2.500 m³/s (metros cúbicos por segundo) para 10.000 m³/s. Esse repentino aumento de vazão, acompanhado de uma mancha de cor amarela, restos de macrófitas flutuantes, misturados a peixes nativos mortos e lixo doméstico, provocou a morte de 106 toneladas de tilápias cultivadas em tanques rede por diversas associações de produtores na região de Paulo Afonso. Os prejuízos levaram ao fechamento de 09 pisciculturas (PANORAMA DA AQUICULTURA, 28.02.2004). A partir desse momento diminui-se, de forma significativa, o apoio e os aportes de recursos não reembolsáveis dos governos para as associações, contribuindo para o total abandono das mesmas pelos dirigentes da época, pois como já não haviam mais recursos a “fundo perdido”, o “poço havia secado”, muitos desistiram da atividade. Restaram apenas 03 pisciculturas no Cânion do Rio São Francisco, que sobreviveram ao acidente ambiental e com algum apoio governamental e muita determinação dos poucos restantes, ainda hoje estão em atividade.

Com o receio de novos acidentes ambientais, a maioria dos empreendimentos privados migraram para o vizinho município de Glória/Ba e dá-se início a terceira etapa. A partir de 2006, já com o pacote tecnológico validado e o sucesso da atividade a olhos vistos, o negócio da piscicultura se expandiu para os municípios de Glória e Sobradinho na Bahia e, Petrolândia, Itacuruba e Belém do São Francisco em Pernambuco. Em setembro 2015, as associações de piscicultura do lado pernambucano, reunidas com apoio das prefeituras, SEBRAE, SENAC, Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO) e Ministério da Pesca, resolvem criar o Fórum da Piscicultura, que passa a se reunir bimestralmente para discutir estratégias, integração e formas de atuação compartilhada (PORTAL PREFEITURA PETROLANDIA, 11.09.2015).

Em 2016 o município de Glória recebe da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Pesca e Aquicultura o título de maior produtor individual do Brasil de Tilápias (BARROSO, 2018).

Atualmente, segundo o IBGE 2018, o polo de piscicultura do Sub Médio São Francisco, Território de Identidade de Itaparica Ba/Pe, produziu 44 mil toneladas de tilápias, sendo 24 mil toneladas do lado baiano e 20 mil toneladas no lado pernambucano, movimentando mais de R\$ 300 milhões de Reais. Para o ano de 2021 a PEIXE SF estima um crescimento de 15%, ultrapassando 50 mil toneladas de produção e mais de 500 milhões de Reais injetados na economia regional. A atividade está organizada em associações de piscicultores familiares, pequenas pisciculturas e em grandes produtores (agronegócio), cerca de trinta empresas que cultivam a tilápias de forma super intensiva e em larga escala e que mandam a sua produção para mercados dos grandes centros urbanos das capitais nordestinas. A indústria de beneficiamento aqui instalada no polo, é auto suficiente na produção e tem como referência o mercado nacional de filé fresco e congelado. Segundo Ribeiro et al (2016) o agronegócio é responsável por 30,73% da produção e a piscicultura familiar representa 69,23% da produção total do Sub Médio do Rio São Francisco. Segundo a Associação de Aquicultura do Rio São Francisco (PEIXE SF), a piscicultura familiar está organizada em mais de 80 associações e cooperativas, formais ou informais, envolvendo aí mais de 380 piscicultores familiares e demais empreendedores individuais, que abastecem principalmente o mercado local e as feiras livres das cidades do interior nordestino.

Figura 6. Associação de Piscicultores de Petrolândia



Fonte: Arquivo Pessoal

A piscicultura familiar presente no Sub Médio São Francisco, foge de sua lógica estrutural da agricultura familiar que está, sobretudo, em satisfazer as necessidades de consumo da família e a comercialização dos excedentes. Partindo para um modelo produtivo e tecnológico, introduziu-se mudanças que não podem ser avaliadas tão somente sob o prisma da produtividade, mas no conjunto de fatores da unidade de produção, da família rural e de suas relações, embates e consequências da acelerada mudança no mundo da produção rural, pois aponta a piscicultura como a melhor oportunidade econômica em relação a agricultura tradicional, o que assegura a inserção no mercado de homens e mulheres, jovens e adultos, e a permanência destes no campo, garantindo a sustentabilidade familiar, melhoria na renda, na qualidade de vida e aumento da competitividade da propriedade rural. A piscicultura familiar, moldada no associativismo empresarial, contribui sobremaneira para o fortalecimento econômico, social e familiar da região.

As políticas públicas de apoio e fomento aos espaços territoriais de baixa dinamização econômica, como é o caso do Sub Médio São Francisco, requerem, em sua maioria, a definição de planos, programas e projetos para sua viabilização. É nesse viés que as organizações coletivas destacam-se por estarem constituídas levando em consideração os anseios socioeconômicos de seus integrantes, além de pressuporem a mobilização local. Assim se faz o exercício de construção e operacionalização de políticas e programas específicos, de base territorial, com a participação das instituições públicas e das organizações locais que representam os interesses da coletividade.

A partir deste contexto, os piscicultores do Sub Médio São Francisco resolveram, em novembro de 2018, criar a Associação de Aquicultura do Rio São Francisco (PEIXE SF), entidade de âmbito regional, sem fins lucrativos, representativa de toda cadeia produtiva da aquicultura na região dos lagos do Rio São Francisco, incluindo as barragens de Sobradinho, Itaparica, Moxóto, Delmiro Gouveia (PA I, II e III), PA IV e Xingó, com atuação nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe e, que tem como objetivos defender a cadeia produtiva da aquicultura, juntamente com a mútua colaboração entre as associadas; fomentar, desenvolver sustentavelmente, racionalizar, modernizar e ampliar a divulgação das atividades de aquicultura visando a ampliação do mercado interno e externo; e contribuir com a assistência técnica, econômica, política e representativa para seus associados.

A PEIXE SF, a partir de sua fundação, passa a articular uma maior interação com os poderes públicos federais, estaduais e municipais, a exemplo de tratativas junto a Secretária Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a realização de Audiências Públicas para a discussão dos impactos das macrófitas nas atividades da piscicultura; participação na rede de monitoramento da EMBRAPA, reuniões e audiências com os governos dos estados da Bahia e de Pernambuco e com as prefeituras da região, para alinhar uma política de regulamentação, incentivos e de fomento, interagindo e pautando os órgãos governamentais para o fortalecimento de uma atividade econômica de vital importância para a geração de ocupação e renda para a região, que precisa ser apoiada por políticas públicas, com controle social, de incentivo ao desenvolvimento territorial, onde é fundamental o protagonismo das organizações da sociedade civil, especialmente as de finalidade econômica, como as associações e cooperativas da piscicultura.

Figura 7: Assembleia Geral de Fundação e os Associados da PEIXE SF



Fonte: Arquivo pessoal

Entende-se aqui que a participação social na indicação, elaboração e controle das políticas públicas têm alterado a prioridade das implementações das políticas públicas e a forma de relacionamento entre a sociedade e a administração pública. Quanto mais organizada e atuante for a sociedade civil, maior é o sentimento de pertencimento e comprometimento com o futuro de sua cidade e sua região. É preciso entender e efetivar que a gestão participativa tem se tornado uma necessidade das organizações, como uma questão de sobrevivência para que possam atingir tanto nos

processos produtivos da sua atividade fim bem como nas pessoas, sendo caracterizadas como estratégia dos associados e não como tecnologia de gestão sob o comando do capital. Adaptado de FARIA, 2009.

Em síntese, diante dos marcos conceituais aqui apresentados e que permeiam a atividade da piscicultura familiar em tanques rede no Sub Médio do Rio São Francisco, se faz necessário compreender e estabelecer um sinergismo entre associativismo, empreendedorismo, administração, gerenciamento e a oferta frequente de ATER para a sustentabilidade da atividade. Nesse cenário do ano de 2021, marcado pela Pandemia da Covid 19 e também pela repressão e esvaziamento dos serviços públicos de ATER, se apresenta inadiável a discussão de forma ampla do novo modelo extensionista, apoiado na formação interdisciplinar. O novo modelo que aceita a troca de saberes e também amplia as parcerias possibilitando a mediação dos conhecimentos na prática profissional, no diálogo entre as ciências humanas, sociais e econômicas, promovendo a discussão da multifuncionalidade da agricultura, da participação social dos diversos atores em espaços que possam favorecer a aproximação entre as ciências, de modo dialético, na busca de uma transformação social de modelos previamente estabelecidos.

Além de problemas ligados a ausência de uma legislação para certificação da produção, para que as pequenas associações possam agregar valores na comercialização do pescado, aliado as dificuldades do licenciamento ambiental e ao monitoramento da qualidade da água pelos pequenos piscicultores, além da falta de apoio das autoridades, a pandemia da COVID 19, que afetou a economia do país, não poderia ser diferente para o setor da piscicultura familiar. O setor que vinha se recuperando da crise de 2017/2018 quando os preços atingiram os mais baixos valores na comercialização da tilápia *in natura*, viu atrasar mais ainda o fim da crise e a retomada do crescimento pelos casos confirmados do novo coronavírus, por consequência o isolamento social e pelo fechamento de setores como bares e restaurantes, atividades de turismo, cultura e até as datas comemorativas como a Semana Santa e *Corpus Christi* tiveram os seus tradicionais rituais alterados durante o período de pandemia, afetando ainda mais a comercialização da tilápia.

Mesmo com todas essas dificuldades vivenciadas pelo setor em 2020, a expectativa é que o setor recupere sua capacidade de produção, graças ao fim das restrições das atividades econômicas com a chegada das primeiras doses da vacina contra a COVID-19. A esperança de dias melhores vai vencer o medo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta os conceitos básicos da discussão da temática: o Ser Rural, enfoques do Desenvolvimento Sustentável, Empreendedorismo e um breve resumo da história da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil.

2.1 O SER RURAL

Segundo KARL MARX (1857) “o indivíduo é o ser social”. Partindo-se dessa premissa que a *práxis* humana se realize na relação com o outro, Marx ressalta com toda clareza: “o homem vive desde sempre em uma sociedade que o supera”, ou seja, como animal social o homem não pode ser privado de estar em sociedade.

Para Woortmann (1987), existem categorias comuns as sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns - pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas - mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. WOORTMANN (1987).

Woortmann (1987) entende campesinato como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas e preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma continua produção e resolução de ambiguidades. Modelos nunca são “iguais a realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. WOORTMANN (1987).

“Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
E ser feliz “
(Tocando em frente – Almir Sater / Renato Teixeira)

Cada ser humano é um ser singular que possui suas próprias crenças, valores e ideologias em relação a tudo ao seu redor. A sociologia busca explicar as

formas pelas quais os indivíduos, mesmo diferentes uns dos outros, se relacionam, ou seja, como estabelecem as suas relações sociais e como esses processos sociais estão presentes no dia a dia. No campesinato também é assim, essas relações sociais acontecem, por exemplo, quando um grupo de camponeses se organiza nos adjutórios, na permuta de dias de serviço, para as atividades em mutirão na construção das cisternas, na construção das casas, no momento do plantio e na colheita das roças. A tendência natural é dos indivíduos é de se associarem e desassociarem conforme seus interesses.

Podemos classificar em associativos os processos sociais quando os indivíduos estabelecem relações positivas, de ajuda mútua, de integração, cooperação e de consenso; e nos dissociativos, quando as relações estabelecidas são negativas, de conflito, de oposição, de discordância e divergência.

DANTAS (2010) assevera que grupo social “é a forma básica de associação humana que possui tradições morais e materiais em comum”. Já para JUKERVICZ (2009), “os membros de um grupo social possuem uma consciência grupal (“nós” ao invés do “eu”), hábitos, valores e objetivos em comum, apresentando-se através de normas, costumes, linguagem e posições sociais definidas”. Eis a divisão de grupos sociais:

- Familiar, representado pela família;
- Vicinal, formado por pessoas residentes próximas e que interagem entre si;
- Educativo, desenvolvido pela escola;
- Religioso, representado pelos fiéis de uma igreja;
- Lazer, formados por clubes, associações esportivas, grupos de teatro e música, etc.;
- Profissional, constituído por indivíduos que exercem o mesmo ofício profissional;
- E político, formado pelos militantes de um determinado partido, por integrantes de organismos do Estado, etc.

Além disso, os grupos sociais podem ser classificados em:

- Grupos primários – são grupos pequenos que apresentam estreitas relações, tais como: famílias, os vizinhos, os grupos de lazer, por exemplo. Podem ser caracterizados por contatos diretos ou indiretos;

- Grupos secundários – são grupos grandes cujas relações são apenas formais e institucionais, sendo que alguns deles podem durar durante anos, porém alguns desaparecem após determinada temporada.
- Grupos intermediários – são grupos em que há as duas formas de contatos sociais: primários e secundários. Um exemplo desse tipo de grupo é a escola.

Graziano da Silva e Del Grossi (1992) ao comentarem sobre o novo rural brasileiro destacam que em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem:

- a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva;
- b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Essas famílias, que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, vieram a ser conhecidas como pluriativas, já que exerciam mais de uma atividade econômica. Os mais jovens estudam na cidade e já se preparam para deixar o campo em busca de novas e melhores oportunidades. Os que ficam, trabalham em atividades não agrícolas para complemento da renda familiar. Os serviços públicos de educação, saúde, transporte e segurança são exercidos por nativos do lugar, que quase já não mais praticam atividades do campesinato original. Dentre as atividades não agrícolas encontram-se principalmente pequenas unidades de comércio varejista de alimentos, bebidas, panificação, moda, sorveterias e serviços de beleza, jogos e lazer. GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (1992).

No caso em análise das pisciculturas em tanques rede na região do Sub Médio São Francisco esta pluriatividade está bem caracterizada e segundo CARNEIRO (1997), ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno, ainda pouco estudado, a tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão-de-obra rural, atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente

no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante.

Martins (2001) entende que o futuro da sociologia rural não depende do que ela tenha a propor quanto à qualidade de vida rural. O futuro da sociologia rural depende amplamente do que as populações rurais tenham a lhe propor para que essa qualidade de vida seja incrementada; e do que os sociólogos rurais estejam dispostos generosamente a oferecer-lhes. Esse futuro depende amplamente do deciframento e da superação dos enigmas que as perturbam, da compreensão dos processos sociais que as desagregam e as marginalizam e que, por isso, precisam compreender e vencer para que tenham a qualidade de vida a que têm direito. Para ensinar, a sociologia rural precisa aprender. Para compreender sociologicamente, o sociólogo rural precisa reconhecer-se como membro da comunidade de destino das populações que estuda.

2.2 ENFOQUES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

A ação antrópica, do homem sobre a natureza, vem desde o seu surgimento na terra. Como parte integrante da natureza, o homem sempre contou com o que ela lhe oferecia, como alimento, água e abrigo, itens essenciais para sua sobrevivência.

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.

E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.

E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra. E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento.

E a todo o animal da terra, e a toda a ave dos céus, e a todo o réptil da terra, em que há alma vivente, toda a erva verde será para mantimento; e assim foi.

E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; e foi a tarde e a manhã, o dia sexto.

(GENESIS,1:26-31)

Desde os seus primeiros habitantes, a humanidade faz uso da natureza, primeiramente para o seu próprio sustento e mais tarde para produzir excedentes, especialmente após a Revolução Industrial. Nas sociedades capitalistas, que buscam

incessantemente o lucro, se extraem cada vez mais elementos da natureza, denominados de recursos naturais, para a produção de bens de consumo. Entende-se por recurso natural todo e qualquer insumo de que os organismos, as populações e os ecossistemas necessitam para sua manutenção. Portanto, os recursos naturais são de extrema importância para a continuidade da vida de todos os seres. Os recursos naturais, também chamados de recursos ambientais, podem ser classificados como biótico e abiótico e são pré-requisitos indispensáveis para a vida dos organismos em seus ambientes, visto que são consumidos à medida que crescem e se reproduzem, permitindo a manutenção da vida.

Figura 8 – Mesa de abertura da Rio 92



Fonte: <https://optclean.com.br/o-que-e-sustentabilidade/eco-92/>

No último terço do século XX, o conceito do desenvolvimento sustentável foi estabelecido e, um dos mais aceitos é o do Relatório Brundtland, documento intitulado *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future), publicado em 1987: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.” (NAÇÕES UNIDAS, 1987).

O debate sobre a consciência ambiental que se tornou mais visível a partir dos anos 1970, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

Humano, celebrada na cidade Estocolmo no ano de 1972, onde foram apontados os limites que definem a racionalidade econômica e quais são os fatores responsáveis pela degradação ambiental, diante do modelo vigente de modernização da civilização. Esse debate se aprofunda quando o discurso do desenvolvimento sustentável foi oficializado e difundido amplamente na raiz da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992 (LEFF, 2006). Durante a Rio 92, como ficou conhecida Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, que foi elaborado e aprovado um programa global, conhecido como Agenda 21, com o objetivo de dar institucionalidade e legitimidade às políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, dessa forma foi se prefigurando uma estratégia discursiva para desenvolver as contradições entre meio ambiente com o desenvolvimento sustentável.

Sachs (2009) estabeleceu oito aspectos a serem considerados para o desenvolvimento sustentável, que são: Social (igualdade, distribuição de renda, qualidade de vida), Cultural (tradição e inovação), Ecológica (uso racional dos recursos), Ambiental (preservação dos ecossistemas naturais), Territorial (equilíbrio entre as áreas urbanas e rural, melhoria das cidades), Econômico (desenvolvimento econômico equilibrado, inovação e globalização da economia), Política Nacional (coesão social, parcerias, democracia) e Política Internacional (promoção da paz, prevenção de mudanças climáticas e cooperação). (SACHS, 2009).

Com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e em conjunto com governos e a sociedade civil de vários países, as Nações Unidas lançam em 2015, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão subdivididos em 169 metas a serem cumpridas por todos os países até 2030. De acordo com conteúdo das Nações Unidas, os objetivos e as metas estão fundamentados em cinco dimensões do desenvolvimento sustentável:

- a) Pessoas: Erradicar a fome e a pobreza de todas as maneiras,
- b) Prosperidade: Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza.
- c) Planeta: Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta.
- d) Paz: Promover sociedade civis pacíficas, justas e inclusivas.
- e) Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida.

A atividade da piscicultura em tanques rede, está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que são interdependentes e necessitam ser aplicados globalmente, de forma integrada, e com o agir localmente. Para o cumprimento dos objetivos dos ODS a atividade da piscicultura vem buscando através de suas organizações associativas a implantação de políticas, ações e parcerias regionais e locais. Estas parcerias pública, privada e sociedade civil através de Programas de Desenvolvimento Territoriais, contribuem para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos até o ano de 2030.

Figura 09: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://nacoesunidas.org>.

2.2.1 Desenvolvimento Regional

Podemos entender o desenvolvimento regional como o resultado do crescimento sustentável de vários setores econômicos que se inter-relacionam ou não em uma dada região. Madureira (2015) entende que ao se pensar o desenvolvimento de uma região em particular, deve-se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional e que as cadeias produtivas são as estruturas econômicas que se apresentam

como propulsoras do desenvolvimento regional, capazes de fomentar a economia de uma região em seus setores econômicos básicos: primário (agricultura, pecuária, etc.), secundário (indústria) e terciário (comércio, transportes, etc.). Já para Furtado (1963) a teoria do desenvolvimento busca “[...] explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (FURTADO, 1963).

Os diversos setores da economia vem passando por transformações, sejam elas tecnológicas, mercadológicas ou de inovação. A agricultura familiar também passa por estas transformações, exigindo que o agricultor familiar trate a sua propriedade como uma empresa, buscando técnicas e tecnologias novadoras e inovadoras que garantam competitividade e sustentabilidade da atividade. Para isso, precisa estar em constante atualização, buscar além do conhecimento técnico e administrativo, desenvolver um perfil mais propenso a correr risco, desenvolvendo a liderança, de forma a ganhar competitividade. É a multifuncionalidade da agricultura (MFA). (BONNA & MALUF 2009)

Bonna & Malluf (2009) dizem que “desde meados dos anos 1990, a incorporação de elementos do enfoque da MFA no debate público e em diversas políticas agrícolas, ambientais e rurais no Brasil, ainda que na forma de uma apropriação fragmentada e quase sempre acessória ao núcleo central dos programas respectivos. Trata-se de um indicativo, sem dúvida importante, de inflexões em curso na orientação predominante nas políticas públicas, particularmente nas agrícolas e rurais, muito embora persistam dificuldades de várias ordens para revisar o foco quase que exclusivamente produtivo na “agricultura” familiar que caracteriza a maioria delas. A revisão desse foco levaria, também, a colocar as unidades familiares rurais – e não apenas os produtos por elas gerados – como objeto de atenção dos programas, ampliando deste modo o olhar sobre os papéis desempenhados pelas famílias rurais “para além da produção”. (BONNA & MALUF 2009)

2.3 EMPREENDEDORISMO

No mundo competitivo das atividades empresariais, ter atitude empreendedora pode significar a diferença entre o sucesso ou o fracasso do negócio. São as atitudes empreendedoras que levam o empreendedor a encontrar as soluções dos

problemas e dificuldades do mundo dos negócios. Essa discussão sobre o tema empreendedorismo – que também é uma das multifuncionalidades da agricultura – ganha evidência no Brasil a partir dos anos 90, e foi conceituado como: “Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo a atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas.” O Brasil ocupa posição de destaque em nível mundial, quando se trata do nível absoluto de empreendedores (GEM,1999).

Devido à crise que o país enfrenta nos últimos anos, muitas pessoas perderam seu emprego. O caminho foi abrir um negócio, ou seja, empreender por necessidade, o que afeta a sobrevivência das empresas, pois para se ter um negócio de sucesso é necessário mais planejamento.

Estudo realizado pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2016, no Brasil, 36% dos brasileiros possuem um negócio ou realizaram alguma ação, no último ano, para ser dono da sua própria empresa, ou seja, quatro em cada dez brasileiros estão empreendendo seu próprio negócio. O estudo aponta que o empreendedorismo por oportunidade voltou a crescer. 75% dos empreendedores nascentes – aqueles que estão envolvidos com a abertura de uma empresa – estão buscando esse caminho porque encontraram um nicho de atuação.

Krüger et al (2017) indica que os estudos sobre empreendedorismo de McClelland foram aprimorados em 1982, onde a Agência para o Desenvolvimento Internacional das Nações Unidas (USAID), a Management Systems International (MSI) e a McBeer & Company, empresa de consultoria de McClelland, iniciaram um projeto para estudos mais abrangentes acerca das características comportamentais empreendedoras. O projeto iniciou a partir de um estudo em 34 países, onde foram identificadas diversas características comportamentais empreendedoras, comuns aos empreendedores de sucesso. Estes estudos iniciais trouxeram 20 características comportamentais empreendedoras agrupadas em três grupos: sucesso, afiliação e poder (MCCLELLAND, 1987). Os estudos foram modificados durante o final de 1985 e início de 1986, e as características foram reduzidas para dez características comportamentais empreendedoras. KRÜGER ET AL (2017)

As características comportamentais que o empreendedor bem-sucedido deve ter ou que precisa desenvolver estão agrupadas em três categorias de compe-

tências pessoais diferentes: realização, planejamento e poder e referem-se as seguintes características: busca de oportunidades e iniciativa; persistência; comprometimento; exigência de qualidade e eficiência; correr riscos calculados; estabelecimento de metas; busca de informações; planejamento e monitoramento sistemáticos; persuasão e rede de contatos e; independência e autoconfiança. Adaptado de. KRÜGER ET AL (2017)

O empreendedor, por natureza, é uma pessoa criativa, inovadora e realizadora. Ser empreendedor significa ter a necessidade de realizar coisas, implementar ideias próprias, enfrentar riscos e desafios confiante que conseguirá superá-los. As características empreendedoras são fatores de fundamental importância para o aumento na qualidade de vida no campo, propiciar a competitividade aos negócios da piscicultura e ainda garantir a manutenção da família no meio rural.

Ao se trabalhar as ferramentas de empreendedorismo no meio rural, o objetivo é colaborar para que eles se reconheçam como empreendedores e se sintam capazes de fortalecer e promover seu negócio, individual ou coletivo. O novo cenário dos negócios rurais, em particular da piscicultura em tanques rede, exige do piscicultor, seja ele da piscicultura familiar ou não, se posicionar no cenário mundial globalizado de forma rápida, em uma sociedade que exige uma postura ética e moral, e ainda compromissos sociais e ambientais. Deve estar apto a desenvolver e implementar o conceito de “desenvolvimento sustentável”, além de buscar por um bom posicionamento no mercado, é necessário portanto, uma visão global e de longo prazo da interface ambiente/economia. SEBRAE (2013)

Para o SEBRAE (2013), a intervenção do empreendedor se faz cada vez mais imprescindível dentro das comunidades que desejam se desenvolver e se destacar no mundo desfronteirizado. A velocidade das transformações tem feito com que esta intervenção também necessite ser veloz, ágil e criativa. O sucesso de qualquer comunidade que deseja se desenvolver e competir em condições de igualdade com o mundo, é diretamente proporcional à qualificação de seus Empreendedores Ativos, isto é, daqueles que efetivamente catalisam as ações e iniciativas. Algumas atitudes são usadas como ferramentas pelos empreendedores de sucesso, a saber: Aonde quer chegar? Sei identificar e aproveitar oportunidades? Estou bem informado? Sei vencer obstáculos? Procuo ser autônomo e protagonista? Essas são algumas das ações empregadas por empreendedores que obtém sucesso em seus empreendimen-

tos. O empreendedor precisa definir e atingir os objetivos que satisfaçam às suas necessidades. Conhecer e desenvolver atitudes e características empreendedoras irão fortalecer o negócio, ampliar seus resultados, aumentar a autoestima do empreendedor.

2.4 A HISTÓRIA DA ATER NO BRASIL

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), traz um resgate histórico da ATER no Brasil baseada no artigo de Marcus Peixoto intitulado Uma abordagem histórica da legislação, Brasília, outubro de 2008, que reproduzimos de forma adaptada:

“A política pública de ATER surgiu no Brasil nos anos de 1859 e 1860 quando o governo imperial cria os Institutos Imperiais de Agricultura que possuíam, principalmente, atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações. Os estatutos dos institutos imperiais eram quase idênticos e previam a realização de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas que, são ainda hoje métodos de extensão e meio de comunicação utilizados. Haveria mesmo rudimentos de um serviço de extensão rural, prestado por agricultores profissionais e previam a atuação de Comissões Municipais de Agricultura, com a responsabilidade de realizar levantamentos estatísticos rurais e estudar as necessidades da lavoura nos respectivos municípios.

Em 1929, é realizada a primeira edição da Semana do Fazendeiro, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras.

Em 06 de dezembro de 1948 é criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG), a primeira do País, depois de gestões de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro, dando início a um processo que, naquele momento, teve como fundamento a ideia de que conhecimento tecnológico, difusão de novas técnicas agropecuárias por meio da assistência técnica, e apoio financeiro, através de crédito rural, contribuiriam para o aumento da produção e para a melhoria das condições de vida no meio rural brasileiro.

Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela ACAR-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados

em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada ACAR no respectivo estado. O método de ação das ACAR foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, mas os serviços não eram prestados diretamente por universidades, e sim pelas associações. Todavia, o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação no modelo brasileiro que estava sendo implantado, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos.

As demais ACAR foram surgindo em cada estado, nas duas décadas seguintes. Vinte e três ACAR estavam criadas até 1974 e, junto com a ABCAR, substituta do ETA e criada em 21/06/1956, formavam o então chamado Sistema ABCAR, também conhecido e tratado na legislação como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER).

O Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extinguiu o Inda, o Ibra e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), cujos direitos, competência, atribuições e responsabilidades foram absorvidas pelo novo Instituto.

Em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado através da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A Lei nº 6.126, de 1974, estabelecia ainda os objetivos, as fontes de recursos da EMBRATER e promovia a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária. A EMBRATER foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou a Lei nº 6.126/74.

Tendo as estruturas das ACAR sido, ano a ano, absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema ABCAR (ou SIBER) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O novo nome do Sistema, que incorporou o termo 'Assistência Técnica', foi empregado pela primeira vez somente no art. 7º dos Estatutos da EMBRATER, fixados pelo Decreto no

75.373/75, nele próprio tendo sido usado, no art. 6º, ainda a denominação anterior. O SIBRATER passou a agregar também organizações não estatais de ATER.

A estrutura da ABCAR foi absorvida pela EMBRATER, localizada no Ministério da Agricultura, cuja função principal era fomentar e integrar o SIBRATER, sobretudo através da capacitação de extensionistas e repasse de recursos de programas federais de apoio ao setor rural.

Já na década de 1980, com o esgotamento do "milagre econômico" e a consequente crise financeira, dá-se novo rumo ao serviço de extensão. Embora nessa época o "Planejamento Participativo" tenha sido destaque, contribuindo para uma maior participação e organização dos agricultores, os problemas agrários não solucionados e a crise econômica resultaram no desmonte dos serviços de Ater por meio do corte de verbas.

Em 1990, é extinta a EMBRATER. Esta política apresentou como resultados mais visíveis o sucateamento das empresas públicas de ATER e a deterioração, em alguns casos, até a ausência da qualidade dos serviços prestados aos agricultores de uma forma geral e aos agricultores familiares em especial. É o fim da velha política de ATER, baseada no modelo americano de ATER (grifo meu).

Em 2003, tem-se início um novo momento da ATER no Brasil, por meio do Decreto 4.739, de 13 de junho, as competências relativas à organização do sistema e à prestação dos serviços de ATER migraram do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Decreto 5.033, de 05 de abril de 2004, cria o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), no âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), para, entre outras competências, coordenar em nível nacional os serviços de ATER no País. Um dos principais resultados dessa estruturação foi, no próprio ano de 2003, a construção de documento norteador para disciplinar e organizar a retomada de um Sistema Nacional de ATER. O fruto desse esforço coletivo foi o lançamento da Política Nacional de ATER (PNATER), em 2004.

A Lei 12.188 - Lei de Ater, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Em 06 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff assinou o Projeto de Lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que foi enviado ao Congresso Nacional. A tramitou com aprovação na Câmara

e no Senado Federal dentro do prazo previsto. A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER foi sancionada pela presidente Dilma, no dia 18 de dezembro. (ANATER)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Lei 12.188 de 11/01/2010, elaborada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal, já apresenta orientações e princípios, os quais precisam ser seguidos pelos programas de assistência técnica e extensão rural, conforme descrito nos Art 3º e 4º e seus incisos. (BRASIL 2010)

Art. 3º São princípios da Pnater:

- I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V – equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI – contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 4º São objetivos da Pnater:

- I – promover o desenvolvimento rural sustentável;
- II – apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- III – aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- IV – promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- V – assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- VI – desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- VII – construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- VIII – aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- IX – apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- X – promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- XI – promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- XII – contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm

Em 2016, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) cria o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEr/Univasf com o

propósito de ser um espaço de formação para profissionais da área da assistência técnica e extensão rural e demais áreas correlatas ao meio para a capacitação de agentes com interesse no desenvolvimento rural, suas comunidades e na diversidade dos grupos populacionais presentes nas novas ruralidades existentes no Brasil e no mundo. O Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) possui o objetivo de proporcionar a formação interdisciplinar de extensionistas capazes de interpretar e agir não apenas na dimensão técnica, mas também nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental, permitindo a consolidação de competências e habilidades para a compreensão da realidade social afetada pelos projetos ditos de desenvolvimento; complementando, assim, a formação técnica, humanista e de interfaces interdisciplinares de egressos de áreas distintas do conhecimento que atuam na extensão rural, tanto nas áreas mais fragilizadas da região do semiárido e quanto para além dele.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A proposição inicial do trabalho constituía a realização de uma Pesquisa-ação, com a participação do pesquisador e do público alvo na busca de um maior conhecimento sobre a atividade e como as ferramentas do empreendedorismo e os processos e ferramentas da gestão coletiva, participativa e solidária, influenciaram no sucesso e ou fracasso das pisciculturas familiares da região do Sub Médio São Francisco. Entretanto, por conta da pandemia da COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2, foram necessárias algumas alterações no planejamento inicial, buscando se preservar a saúde do pesquisador bem como do público alvo, resumindo-se a fase de entrevistas e busca de dados secundários sem o aprofundamento que é necessário à pesquisa-ação, como a realização de etapas complementares até o desenvolvimento de novos produtos para a resolução de problemas existentes nas associações de piscicultores familiares, através do desenvolvimento produtos, softwares, e-books, outras ferramentas de gestão e a realização de capacitações em empreendedorismo.

Esta pesquisa buscou então, através de estudo de caso, fazer um comparativo dos dois tipos de associativismo, seus efeitos e os resultados alcançados nos programas de fomento à piscicultura em tanques rede na região do Submédio do Rio São Francisco. De um lado um modelo de política pública tradicional de fomento, com aplicação de recursos não reembolsáveis, ATER oficial e forte viés institucional que foi implantado nos municípios de Paulo Afonso/Ba e Petrolândia/Pe. Do outro lado, um modelo inovador, com base em uma intervenção com foco no coletivo, do aprender fazendo, de forma interdisciplinar, do aprender fazendo, com foco em um modelo diferenciado de associativismo, de gestão solidária e participativa no qual o coletivo se sobrepõe ao individual e, foi implantado pela Diocese de Floresta/Pe nos municípios pernambucanos de Jatobá, Itacuruba e Belém do São Francisco.

Num segundo momento, o pesquisador buscou entender este modelo diferenciado de ATER implantado por Padre Antonio Miglio, onde o acompanhamento técnico e as capacitações em associativismo, gestão e comercialização, são permanentes e não sofrem descontinuidade ao longo do tempo. As associações não tem “dono”, os bens são de uso comum e as tarefas e os resultados partilhados de forma igual para todos.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Vergara (2013) classifica os tipos de pesquisa quanto aos meios e quanto aos fins. No caso em tela, esta pesquisa se classifica no primeiro momento, quanto aos fins como Estudo de caso, circunscrito a poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Embora na fase inicial tenha sido feita uma extensa pesquisa bibliográfica, o foco do trabalho encontra-se na análise dos dados do caso específico escolhido para estudo. No segundo momento, buscou-se relatar o trabalho inovador do Padre Antonio. Quanto aos meios realizou-se a Pesquisa de Campo, através de entrevistas semiestruturadas com os principais agentes do segmento para se investigar, de forma empírica e no local onde ocorre o fenômeno, com a aplicação complementar de questionários. Adaptado de VERGARA (2013). Para tanto, buscou-se:

- Quantificar os temas e conteúdos das capacitações ofertadas às associações de pisciculturas em tanques rede na região do Sub Médio São Francisco - organização da produção; associativismo/cooperativismo; agroindústria familiar; projetos inovadores de assistência técnica e extensão rural; atividades não agrícolas; gestão (custos, estoques, formação de preço de venda), e empreendedorismo; etc;
- Analisar a existência e utilização de ferramentas de gestão (planilhas, controles, fluxo de caixa e estoques, etc),
- Analisar a participação dos associados na gestão e tomada de decisão;
- Analisar os resultados alcançados, buscando-se avaliar a abrangência, eficiência e eficácia da política pública na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários dos programas de piscicultura familiar e seu grau de satisfação;
- Analisar a oferta e frequência da ATER

O público alvo da pesquisa de campo foi dividido em três: uma entrevista sonora e preenchimento de questionário com o Padre Antônio Miglio, o Padre Extensionista, e sua auxiliar direta a contabilista e especialista em associativismo Dona Ivone Lisboa Lisboa da Silva, um segundo grupo formado por um extensionista de um órgão oficial de ATER de Pernambuco e um agente de desenvolvimento do SEBRAE/BA e, um terceiro grupo com os integrantes das associações de piscicultores familiares dos municípios de Paulo Afonso (Ba), Jatobá (Pe) e Petrolândia (Pe), que

no período de 1997 a 2017, tenham participado de projetos e programas de governo ou de entidades não governamentais, com acompanhamento e assistência técnica na região do Sub Médio São Francisco.

Quadro 1 – Fases da pesquisa

Fase da Pesquisa	Ferramentas Utilizadas	Período
a) fase exploratória;	- Observação - Reuniões - Revisão bibliográfica	Março a maio 2020
b) seleção da amostra / público alvo;	- Entrevistas	Março a abril 2020
c) coleta de dados;	- Coleta de dados secundários	Abril 2020
d) análise e a interpretação dos dados;	- Apresentação dos resultados	Janeiro e fevereiro 2021

Para Gil (1991) “na pesquisa clássica a fase exploratória costuma caracterizar-se pela imersão sistemática na literatura disponível acerca do problema e consulta a documentos diversos e sobretudo a discussão com representantes das categorias sociais envolvidas na pesquisa”. Para a escolha da amostra e dos entrevistados, segundo Gil (1991) “os indivíduos são selecionados a partir de certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa. A intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos”. GIL (1991). Para tanto foram escolhidos representantes de cada associação, que atenderam a pelo menos um dos requisitos: mais antigo (de preferência fundador), um dirigente, uma mulher e um jovem.

Como indica Gil (1991) a coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com pessoas chave que participam do processo de produção, comercialização e definição das estratégias comerciais, aplicadas individualmente. O objetivo destas entrevistas é de complementar a análise de dados secundários disponibilizados pelas associações com a opinião e o depoimento dos indivíduos envolvidos sobre as práticas de gestão dos empreendimentos associativos, o uso de ferramentas gerenciais, a participação em cursos (manejo, empreendedorismo, gestão, etc) e a oferta e frequência da ATER. O intuito foi de compreender melhor a atividade, a participação dos associados, o cenário no qual são planejadas e executadas as estratégias de produção, comerciais e de gestão e como a informação pertinente ao processo

é tratada nesta tomada de decisão, bem como a oferta e frequência da ATER. A análise e interpretação dos dados visa privilegiar a discussão em torno dos dados obtidos, de onde decorre a interpretação de seus resultados, em que contribuições teóricas se tornam muito relevantes.

3.2 DA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS:

Os dados foram coletados através de entrevistas sonoras e entrevistas semiestruturadas através do preenchimento de questionário. Foram entrevistados o Padre Antônio Miglio, o Padre Extensionista, e sua auxiliar direta a contabilista Sra. Ivone Lisboa da Silva, um extensionista do PRORURAL, um agente de desenvolvimento do SEBRAE/BA e integrantes das associações de piscicultores familiares dos municípios de Paulo Afonso/Ba, Jatobá/Pe e Petrolândia/Pe, onde os entrevistados responderam a um conjunto de questões previamente delineadas pelo pesquisador (ANEXO A), a saber:

- a. fazer o resgate histórico da atividade de piscicultura em tanques rede;
- b. fazer o resgate histórico da associação;
- c. os grupos envolvidos/indutores da sua criação;
- d. a motivação da criação da associação;
- e. as atividades realizadas;
- f. a frequência dos encontros e reuniões;
- g. participação de mulheres;
- h. participação de jovens;
- i. a participação dos associados nas discussões e nas atividades,
- j. a avaliação dos resultados até então alcançados;
- k. o apoio das organizações governamentais e não governamentais;
- l. a assistência técnica oficial ou privada;
- m. a participação em cursos e capacitações: organização da produção; associativismo/cooperativismo; agroindústria familiar; projetos inovadores de assistência técnica e extensão rural; atividades não agrícolas; gestão e empreendedorismo; comercialização; controles e outras ferramentas administrativas na condução dos negócios;
- n. o grau de satisfação na atividade

Na etapa final, os dados coletados foram sistematizados em gráficos, tabelas e outros recursos visuais que permitem uma visualização mais clara dos dados coletados.

Os procedimentos adotados na pesquisa obedeceram aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução Nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Esta pesquisa está registrada no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIVASF com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE Nº: 08373219.0.0000.5196.

4 A PESQUISA DE CAMPO E SEUS RESULTADOS

A pesquisa de campo foi realizada com o público selecionado através de uma entrevista sonora e do preenchimento de questionário. Foram entrevistados o Padre Antônio Miglio e sua auxiliar direta a Contabilista e especialista em Associativismo Sra. Ivone Lisboa Silva, um Engenheiro de Pesca e Extensionista do PRORURAL, um gestor de Projetos e Agente de Desenvolvimento do SEBRAE/BA, e 14 integrantes das associações de piscicultores familiares dos municípios de Paulo Afonso/Ba (02 associações – ASS01 e ASS002), Jatobá/Pe (03 associações – ASS03, ASS04, ASS05) e Petrolândia/Pe (02 associações – ASS06 e ASS07). Ao todo foram aplicados 18 (dezoito) questionários e feitas 08 (oito) entrevistas sonoras. Os dados apurados traduzem o pensamento dos entrevistados e estão apresentados por grupo pesquisado.

Figura 09: O pesquisador em ação na piscicultura da Malhada Grande, Paulo Afonso/Ba



Fonte: arquivo pessoal

4.1 O RESULTADO DAS ASSOCIAÇÕES

“Enquanto não se estabelecer a interação não existe grupo, há somente uma serialidade em que cada indivíduo é equivalente a outro e todos constituem um número de pessoas equiparáveis e sem distinção entre si.” Jean-Paul Sartre

No grupo das associações de piscicultores a pesquisa buscou identificar, dentre outras informações, como elas se formaram, quais organizações as influenciaram na formação da entidade, quais os principais objetivos propostos e os resultados obtidos. Foram entrevistados atuais dirigentes e fundadores por representarem a memória viva do grupo original. A pesquisa teve como foco a percepção dos envolvidos e não nos indutores/parceiros.

As associações mais antigas são a ASS01 e ASS02, de Paulo Afonso/Ba, pioneiras na atividade, criadas em 1997 e 1999, respectivamente, a partir de investimentos da Prefeitura local e do Governo do estado da Bahia com recursos do Programa PRODUZIR. As associações de Jatobá/Pe, ASS03, ASS04 e ASS05, foram criadas a partir de 2002, através de um aporte financeiro da Diocese de Floresta, através de um modelo de intervenção próprio e metodologia desenvolvida por Padre Antônio Miglio e Dona Ivone Lisboa Lisboa Silva.

As associações de Petrolândia, ASS06 e ASS07, foram criadas a partir de 2006, pela intervenção do Governo do estado de Pernambuco através do PRORURAL e recursos do Banco Mundial utilizando-se em parte a metodologia de Padre Antônio, principalmente com relação ao número de associados e algumas práticas de planejamento da atividade e de gestão, mas também seguem o modelo tradicional de ATER pública e financiamento com recursos não reembolsáveis.

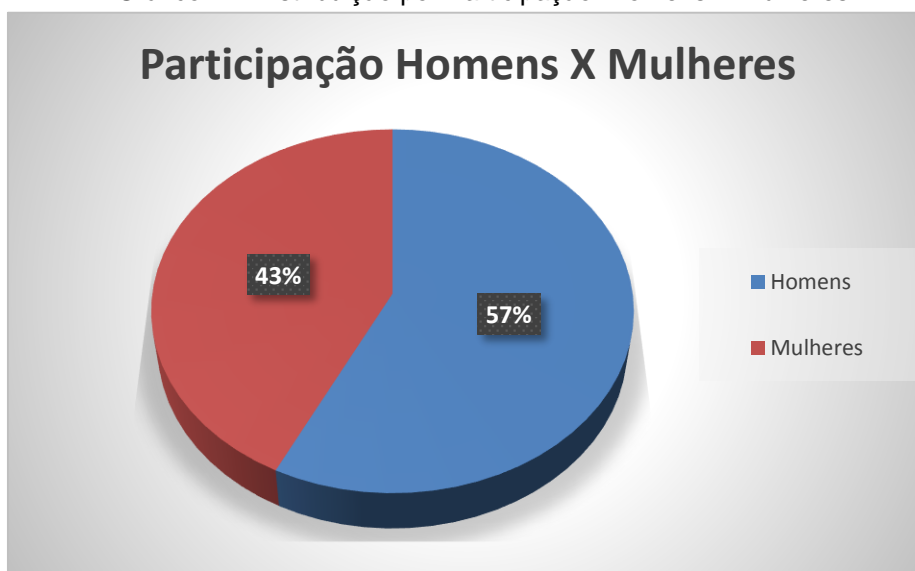
Nas 07 (sete) associações pesquisadas nos 03 (três) municípios, foi unânime a satisfação dos entrevistados com os resultados alcançados pelos grupos e com a atividade da piscicultura, onde o ingresso na atividade na associação é considerado um divisor de águas na vida dos participantes. É relatado pelos associados a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários dos programas de piscicultura familiar e que se reflete na aquisição de bens móveis, imóveis e de consumo, bem como na mudança em hábitos e comportamentos. Essa melhora na qualidade vida reflete inclusive na economia local, gerando uma dinâmica maior de comércio, serviços e de atividades de lazer e entretenimento, do que em localidades onde ainda se pratica a agricultura familiar tradicional, baseada na ovinocaprinocultura e/ou na agricultura de subsistência.

Em todos os grupos foi identificada a participação nas capacitações ofertadas às associações de pisciculturas em tanques rede pelos diversos atores a saber: Bahia Pesca, IPA, CODEVASF, SEBRAE e SENAR. Os grupos ASS01, ASS02,

ASS06 e ASS07, relatam uma frequência baixa na realização de capacitações bem como nas atividades de ATER. Os cursos são raros e quando acontecem, geralmente abordam temas como a organização da produção. É prática comum a utilização pelas associações de ferramentas básicas de gestão através de planilhas eletrônicas (controles de caixa e estoques) e anotações em cadernos. É comum nas ASS03, ASS04 e ASS05 o uso de quadros verdes para o planejamento diário e semanal.

Ao analisar a participação por gênero, identificou-se que a ASS01 é composta por 10 associados, sendo 5 homens e 5 mulheres. A ASS02 é composta de 5 associados, todos homens, a ASS03 tem 12 associados, sendo 3 mulheres e 9 homens, as ASS04 e ASS05, tem 12 associadas cada, todas mulheres. As ASS06 e ASS07 tem 12 associados cada sendo todos homens. No gráfico abaixo tem-se o resumo da participação dos associados por gênero. Vale destacar, em especial, o aumento no empoderamento e na auto estima das mulheres que passaram a ter participação ativa na renda familiar e nas decisões da família, quebrando muitas barreiras anteriormente impostas pelo patriarcado. Como elas exercem os mesmos papéis dos homens na “lida diária” dentro dos projetos de piscicultura, tal comportamento se reflete de forma positiva na residência e na vida do casal.

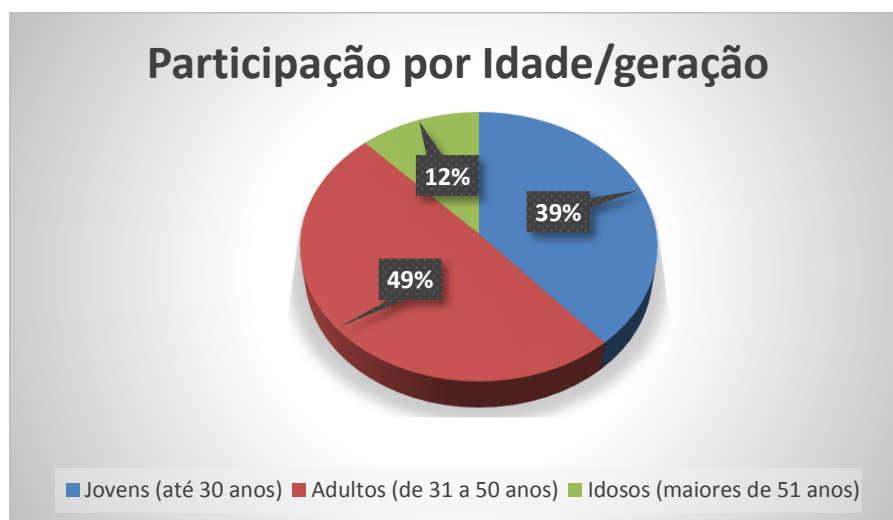
Gráfico 1 – Distribuição por Participação: Homens X Mulheres



Em relação a participação por geração, estabeleceu-se para fins deste estudo que Jovens tem até 30 anos, Adultos tem até 50 anos e os Idosos são aqueles com mais de 51 anos. Identificou-se que a ASS01 tem 3 idosos, 5 adultos e 2 jovens. A ASS02 tem 2 idosos, 3 adultos e nenhum jovem. A ASS03 tem 2 idosos, 5 adultos e 5 jovens, as ASS04 tem nenhum idoso, 03 adultos e 9 jovens e ASS05 tem nenhum

idosos, 6 adultos e 6 jovens. A ASS06 tem 02 idosos, 10 adultos e nenhum jovem e a ASS07 tem nenhum idoso, 5 adultos e 7 jovens. No gráfico abaixo tem-se o resumo da participação dos associados por geração.

Gráfico 2 – Distribuição por Idade/geração



As ASS01, ASS02, ASS06 e ASS07 se reúnem mensalmente para planejamento das atividades e prestação de contas. Diariamente alguns associados se revezam nas atividades de manejo e são auxiliados por diaristas nos processos de arreamento dos peixes e também nos processos de manutenção e despesa. As compras e a comercialização são feitas pelo presidente conjuntamente com o tesoureiro. Mesmo já estando há muito tempo na atividade, recentemente as ASS01, ASS02, ASS06 e ASS07 receberam recursos não reembolsáveis dos órgãos de fomento estatal para a compra de tanques rede, ração e insumos, que contribuíram de forma significativa para a sobrevivência das mesmas.

As ASS03, ASS04 e ASS05, seguindo metodologia própria, se reúnem diariamente para a troca de turno e repasse das atividades, semanalmente para planejamento e mensalmente para avaliação e para planejamento de médio e longo prazo. As tarefas e a gestão são feitas por todos. As associações tem autonomia econômica e financeira e já devolveram para a Diocese de Floresta os recursos iniciais investidos, que serviram para a criação de outras associações, retroalimentando o projeto.

4.2– A VISÃO DOS TECNICOS DA ATER

Foram entrevistados 02 (dois) técnicos de ATER, um da Bahia e outro de Pernambuco, que tiveram participação efetiva na a implantação e no acompanhamento dos projetos de Paulo Afonso/Ba e de Petrolândia/Pe. Na visão de ambos, a

implantação dos projetos de piscicultura em tanques rede foram de muita importância para a região. Primeiro, por ser uma das alternativas de uso múltiplo do rio São Francisco para a produção de alimentos, no caso em tela de uma proteína de alto valor nutritivo, aproveitando-se as águas represadas pelas barragens das hidroelétricas da CHESF. Em segundo lugar por ser uma alternativa sustentável de produção agropecuária, com baixo impacto ambiental, socialmente justa, geradora de auto emprego e renda para uma região com baixo potencial de desenvolvimento.

Para os extensionistas entrevistados, apesar das dificuldades iniciais de arregimentação e sensibilização do público alvo que deixaram de ser agricultores tradicionais para exercer uma atividade nova, intensiva, com pacote tecnológico desconhecido à época e dos entraves da legislação para a regularização das pisciculturas, é importante registrar o papel fomentador dos governos estaduais, inicialmente da Bahia, na década de 1990 e, posteriormente do estado de Pernambuco, nos anos 2000, que com o apoio dos governos municipais, da ATER oficial, dos parceiros institucionais e principalmente dos piscicultores, contribuíram para a consolidação da atividade. Hoje, a piscicultura em tanques rede é, sem dúvidas, a maior geradora negócios, renda e empregos para as populações ribeirinhas através das associações, sejam elas formais ou informais, para os piscicultores individuais e empresariais.

Figura 11. Despesca de Tilápia



Fonte: Arquivo pessoal

A dificuldade de uma maior frequência no acompanhamento técnico é justificada pelos técnicos pelo sucateamento das estruturas públicas de ATER, com o reduzido número de profissionais e de estrutura de trabalho (combustível, veículos, etc). Já em relação às associações, eles entendem que as mesmas precisam ser mais

autônomas e entender que os projetos tem começo, meio e fim e que o estado, em algum tempo, precisa se retirar do processo e as associações tem que estarem preparadas e melhor organizadas no planejamento das atividades e nas atividades de gestão (compras, estoques, vendas, financeiro).

Para os técnicos o planejamento das atividades e das atividades de gestão administrativa e financeira são considerados como os principais problemas encontrados nas associações de piscicultores, além da forte influência política municipal e estadual que ainda está presente nas ASS01, ASS02, ASS06 e ASS07. Entendem ainda, que o desenvolvimento de ferramentas de gestão, que pode ser um software e/ou um aplicativo, além da realização de cursos e capacitações em empreendedorismo e em administração, podem contribuir para minimizar os problemas identificados na gestão das associações e pisciculturas familiares.

4.3 O MODELO PADRE ANTONIO E DONA IVONE LISBOA

Pier Antônio Miglio nasceu em Bellinzago Novarese, uma comuna italiana da região do Piemonte, província de Novara, na Itália. Foi ordenado Padre em 24/06/1978 e, um ano após embarcava para o Brasil para dar início a sua carreira sacerdotal, em 01/10/1979, na Paróquia de Paulo Afonso/Ba, onde atuou como pároco até 2002. Lá criou uma cooperativa de artesãos que vendia bordados para o mercado local e também exportava, principalmente para o mercado Italiano. Ao ser transferido para a Paroquia de Floresta, no ano de 2002, fundou em Petrolândia/Pe o Jardim de Infância Arco-Íris que permitiu vestir, alimentar e educar centenas de crianças pobres através de um projeto social que ele chamou de Adoção à Distância. Ainda neste ano de 2002 recebe do Bispo Diocesano Dom Adriano Ciocca Vasino, talvez, o maior desafio de sua vida: criar em Jatobá/Pe uma associação de jovens piscicultores. É nesse momento que ele convida a Sra. Ivone Lisboa da Silva, natural de Paulo Afonso, contabilista e especialista em associativismo, a ser seu braço direito na criação da futura Associação de Jovens Pescadores de Jatobá (AJPJ). Apesar de ser um ativista social e político e de seu histórico junto as associações, Padre Antônio não se considera um Extensionista, prefere se definir a ele a Dona Ivone Lisboa como Promotores Sociais.

Ao longo da entrevista, que vai em parte como “Vídeo entrevista: A experiência do associativismo e a piscicultura familiar em Jatoba/Pe”, anexo a esta Dissertação como produto final e que está disponível no meu canal do YuoTube <https://youtu.be/il4V-FGmaPg> , nos conta o Padre Antônio que seu primeiro contato

com a atividade da piscicultura se deu através do estudo feito por determinação do Bispo Diocesano de Floresta, Dom Adriano Ciocca Vasino, sobre as possibilidades de geração de renda no município de Jatobá, devido ao alto índice de desemprego e êxodo de jovens e adultos para outras regiões do Brasil por falta de oportunidades no município de Jatobá, devido ao fim da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, hoje denominada de Usina Apolônio Sales. Nos argumenta Padre Antônio que “nestas terras, a agricultura e a pecuária são inviáveis e as indústrias são inexistentes até hoje”. O objetivo da Diocese era dar dignidade as pessoas, principalmente os mais excluídos, através da inclusão dessas pessoas na comunidade através de uma atividade econômica. Um segundo objetivo, era demonstrar ao governo que diferente dos recursos aplicados tradicionalmente pelo PRONAF, que na sua maioria endividaram muitos agricultores, era possível com um financiamento bem administrado e bem conduzido poderia gerar renda o suficiente para reembolsar o capital e também remunerar dignamente as pessoas. O estudo apontou que, apesar de desconhecida e praticamente inexplorada, mas com grande potencial de sucesso, a piscicultura em tanques rede fosse a atividade escolhida.

Figura 12: Padre Antonio – um promotor social



Fonte: <https://www.meusserto.es.com.br/2020/09/09/um-apostolado-diferenciado/>

A primeira associação foi criada com jovens egressos do ensino médio e que àquela época, só tinham como opção migrar para outros estados, entrar no crime/narcotráfico ou viver da renda de pais e avós aposentados. Ninguém acreditava

n atividade como investimento rentável, pois o exemplo mais próximo era de associações em Paulo Afonso que contavam com apoio financeiro e permanente da Prefeitura local e do Governo da Bahia com a doação de tanques rede, alevinos e ração, fazendo com que as pessoas não se sentissem donas dos empreendimentos e nem tinham responsabilidades com a manutenção dos equipamentos e do negócio em si. Outro fator que causava desconfiança, era o fato da concorrência com a pesca artesanal, que praticamente não tem custos, diferentemente da piscicultura intensiva.

Desafiando os incrédulos, Padre Antônio elaborou o projeto e a Diocese fez a captação dos recursos junto a Conferência Episcopal da Itália. Os recursos aplicados na primeira associação foram suficientes para formar e comprar todos os equipamentos dando vida a primeira associação. Em poucos anos, como previsto, os associados conseguiram devolver o dinheiro para a Diocese, ficam donos dos empreendimentos e, com a devolução dos recursos, a Diocese pode investir na formação de novas associações. Ao todo a Diocese fez 3 (três) aportes de capital para fundar 10 (dez) associações, 07 (sete) de piscicultura em Jatobá/Pe, sendo que hoje uma está temporariamente desativada, 01 (uma) de produção de gelo também em Jatobá/Pe, 01 (uma) em Itacuruba/Pe e 01 (uma) em Belém do São Francisco/Pe .

O aporte de capital pela Diocese não é visto como financiamento, pois se faz necessário que os associados se sintam “donos e capazes” para desenvolver a atividade e que “não tem apoio externo, a atividade é deles, que tiveram que pagar os investimentos com o próprio trabalho”. Não é cobrado juros nem correção monetária. A devolutiva do capital investido só é reembolsada para a Diocese após sejam retirados os custos de produção, a reserva técnica e as sobras dos associados. É também necessário que os associados entendam que com a devolução do capital eles vão estar ajudando a Diocese a ajudar outras pessoas, que como eles, precisam de oportunidades.

A formação do grupo com 12 integrantes, se baseia na premissa que o trabalho não precisa ser tão pesado e que possa proporcionar uma boa relação Rendimento x Lucratividade x Trabalho com os três turnos de trabalho ao qual todos se submetem. Com isso, se tem mais folgas, mais descanso, cumpre-se os horários programados para o trabalho, dedicação à família, ao lazer e aos estudos. No modelo associativista implantado não existe uma “hierarquia” do presidente, secretário e tesoureiro, pois todos fazem todas as tarefas, de acordo com o planejamento semanal

e com a distribuição das tarefas determinadas na assembleia diária, com a participação de todos, antes de se iniciar a jornada de trabalho. Cada associação tem 65 tanques rede de 14m³, que produzem em média 15 (quinze) toneladas de tilápias por mês, e gera uma renda média de 2 (dois) salários mínimo por associado. Todas as associações contribuem com a produção de 5 (cinco) tanques rede para a devolutiva da Diocese, que por sua vez, reinveste os recursos na manutenção do sistema e em novos projetos de associativismo.

A rotina de trabalho é dividida em três turnos de trabalho, com 4 associados por turno. O primeiro turno de 24 horas é responsável pela nutrição e arraçoamento dos peixes, pela segurança diurna e noturna da piscicultura e por todas as atividades inerentes àquele dia de trabalho, ou seja, venda da produção, compra e recebimento de ração e outros insumos, etc. Diariamente um dos associados, em forma de rodízio, coordena o caixa e é responsável pela gestão financeira da associação. No dia seguinte, de forma alternada, outro associado assume a coordenação do caixa e, assim sucessivamente, todos os integrantes da associação assumem essa coordenação. Apesar de ter 24 horas, estão previstos momentos e horários para a alimentação, para o descanso e também para dormir. Um segundo turno chamado de apoio, trabalha das 06 às 12 horas e é responsável pela manutenção dos equipamentos, classificação dos peixes e outras atividades de apoio ao turno de 24 horas. E o terceiro turno está de folga para descansar. A média de carga horária semanal de trabalho varia, de acordo com a dinâmica de cada associação, entre 22 a 29 horas efetivas de trabalho por associado, por semana.

Como no início os conhecimentos sobre a atividade eram muito poucos pois não havia estudos, pesquisas e um pacote tecnológico ainda plenamente estudado e consolidado, Padre Antônio e Dona Ivone Lisboa buscaram, no período de outubro 2002 a março 2003, o apoio do Pesquisador da Universidade de Tucson, Arizona – EUA, Professor Doutor Aécio da Silva que estava instalando os projetos da empresa AAT Internacional Ltda pertencente ao grupo MPE (leia-se Valença da Bahia Maricultura S.A. e a Maricultura da Bahia S.A. e a empresa americana Arraina, Inc), em Paulo Afonso/Ba. O apoio de Professor Aécio da Silva não se deu na tecnologia da criação de peixes em tanques rede e sim, como se alcançar resultados significativos e em curto prazo, para se adequar a atividade à região, levando-se em conta as particularidades locais, já que todos os estudos à época eram baseados nas experiências de São Paulo, sem esquecer a cultura e tradições do povo local.

Através de muita observação, tentativas e muito bom senso, foram introduzidas inovações nos processos de produção, de capacitação e gestão. Na área produtiva deixou-se de se trabalhar com tanques quadrados de 8 m³ (oito metros cúbicos) para se trabalhar com tanques redondos com 14 m³ (catorze metros cúbicos). Introduziu-se o uso de passarelas, diminuiu-se a população nos tanques de 150/180 indivíduos para 100 indivíduos por m³, aumentou-se o número de arraçoamentos, com a mesma quantidade de ração, o tempo de cultivo foi aumentado para 7 meses e, a despesca passou a ser feita quando o peixe atinge um peso médio de 1 kg.

Quadro 2 – Inovações no manejo

Prática de Manejo	Modelo Convencional	Modelo Padre Antonio / Inovação
Tipo de Tanques	Tanques rede quadrados, medindo 2x2x2, com capacidade de 8 m ³	Tanques rede redondos, com 3m de diâmetro e capacidade 14 m ³
Densidade populacional	180 peixes por m ³	100 peixes por m ³
Número de arraçoamentos com a mesma oferta de ração	06 vezes ao dia nas fases iniciais e 03 vezes ao dia na terminação	10 vezes ao dia nas fases iniciais e 06 vezes ao dia na terminação
Tempo de cultivo (do alevino à despesca)	150 dias	210 dias
Peso médio no abate	700 g	1000 g
Disposição dos tanques	Em linha, apoitados por cordas	Em linha, apoitados por passarelas flutuantes

O processo de capacitação que se baseia no “aprender fazendo” foi dividido em quatro áreas, a saber:

1. Produção: através das técnicas de criação animal, manejo e bem estar animal, pois para crescer o peixe precisa de nutrição e tratamento adequados;
2. Administrativa/Financeira: através do planejamento da atividade, que dura em média 7 meses cada ciclo – quando e quanto povoar; quando despescar; qual a necessidade de capital de giro, quanto deixar de reserva técnica e fundo de reserva; fluxo de caixa; compras e estoques; manutenções preventivas e periódicas; recolhimento de impostos, taxas e encargos; regularização ambiental; etc

3. Comercial – ensina o Padre Antônio que não adianta produzir senão souber vender ou, vender mal. O foco é o relacionamento com o mercado (fornecedor e comprador), com respeito ao cliente e às leis da economia (oferta x demanda) e um mercado competitivo e “selvagem”. A comercialização se baseia em três pilares: qualidade do produto, quantidade e regularidade na entrega.
4. Associativismo – 12 pessoas que precisam trabalhar juntas, se entender, se respeitar, colaborar e combinar um processo de interesse comum e, sobretudo respeitar as regras do regimento interno, que é o sustentáculo da metodologia.

Quadro 3 – Inovações na capacitação e gestão associativa

Descriminação	Modelo Convencional	Modelo Inovador
Número de associados	Maior do que 20 participantes	Na média 12, variando de mínimo de 10 a 15 no máximo
Seleção participantes	Forte viés político e institucional	Por adesão e compromisso com o projeto
Fonte de recursos / financiamento	Recursos não reembolsáveis. Fomento governamental	Recursos reembolsáveis para retroalimentar o projeto
Capacitação	Mais focada na produção, na difusão tecnológica. Esporádica e com pacote tecnológico pré estabelecido	Baseada no aprender fazendo, acontece de forma permanente com ênfase na produção, gestão/administração, mercado/comercialização e no associativismo
Gestão do Negócio	Gestão baseada no modelo Presidencialista, com decisões centralizadas na condução do negócio e pouca participação dos associados na tomada de decisão.	Gestão compartilhada, baseada no modelo da alternância, onde todos exercem todas as funções e se revezam na condução do negócio. Todos participam e as decisões são sempre coletivas
Frequência das reuniões	Mensais com baixa participação	Diárias para repasse do serviço, semanais para planejamento e prestação de contas e mensais para planejamento de médio e longo prazos. Todos participam.
ATER	Oficial e pública. Baixa frequência e pouca efetividade	Institucional (privada). Permanente ao longo dos anos
Turnos de trabalho	Diário por alguns, com contratação de mão de obra externa	Três turnos: 24 horas, Apoio e Folga. Proibido a contratação de mão de obra externa

Segundo Dona Ivone Lisboa, que é a responsável pelas ações de associativismo, foi através de suas experiências anteriores em uma associação de moradores e como contabilista em projetos da CAR em Paulo Afonso, que foram feitas as alterações nos modelos tradicionais de ATER e associativismo implantados no projeto, como por exemplo: adequar o número de produtores ao tamanho do empreendimento para se garantir a participação nas discussões, nos processos e nos resultados da atividade e também o poder decisório deixou de ser do presidente e diretoria, “os donos da associação”, e passa a ser coletiva, de todos.

Dona Ivone Lisboa indica que o regimento interno é quem disciplina as atividades da associação e é o sustentáculo, a espinha dorsal da associação. Inicialmente elaborado por Padre Antônio e Dona Ivone Lisboa ele é revisto e atualizado a cada mês pelos associados. A prática demonstra que quando não se respeita o regimento, a associação entra em crise e começam os prejuízos econômicos do grupo. É nessa hora em que se faz necessário a intervenção do Padre Antônio e Dona Ivone Lisboa para recolocar a associação “nos eixos”.

A capacitação é permanente nos anos iniciais e aos poucos a dupla Padre Antônio e Dona Ivone Lisboa vão dando mais liberdade e autonomia aos grupos. O padre informa que a associação mais precoce demorou 2,5 anos para ficar autônoma e independente. Já a que mais demorou, foram 6 (seis) anos para se tornar autônoma. Em três das associações, o trabalho praticamente está sendo reiniciado pelo fato da entrada de novos associados nos postos deixados por alguns que desistiram do modelo associativo.

Apesar do trabalho ser focado sempre no coletivo, muitos associados, ao longo os anos, deixaram as associações e colocaram sus próprios negócios, são casos considerados como da busca do auto emprego, onde após conhecer as ferramentas do modelo Padre Antônio, resolvem empreender e montar a própria piscicultura, sozinho ou com parentes próximos. Outros motivos da saída de associados são os problemas internos de convivência e aqueles que não querem se capacitar e aprender, preferem viver como empregados. Os que ficaram, hoje são 84 famílias beneficiadas, mesmo com todas as dificuldades conseguem trabalhar de forma coletiva em prol de um objetivo comum.

Em todas associações existe a presença e participação de mulheres, desde a primeira associação quando eram três dos doze integrantes. Em 2013 criou-se o

primeiro grupo formado só por mulheres, a Associação São Sebastião do Sítio Umburanas (ASSU). Logo em seguida vem o segundo grupo, a Associação das Mulheres Guerreiras (AMG).

Figura 13. Associação de Mulheres em Jatobá - Pe



Fonte: <https://blogeconomiaempauta.wordpress.com/2016/06/08/projeto-de-piscicultura-muda-realidade-de-mulheres-no-lago-de-itaparica/>

Segundo Dona Ivone Lisboa, no início foi muito difícil se aceitar a participação feminina. Os maiores conflitos eram de que elas não teriam força física para carregar um saco de ração, não iriam manejar um tanque rede e existia a dúvida se no turno de 24 horas haveria o respeito dos homens pelas colegas de associação. Entretanto elas foram lá, conquistaram seus espaços, venceram e hoje, cerca de 50% dos associados nas diversas associações orientadas pelo Padre Antônio, são mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, este estudo buscou fazer o resgate histórico da atividade da piscicultura em tanques rede na região do Sub Médio São Francisco, sem jamais querer esgotar o tema, através dos modelos implantados a partir de 1997 em Paulo Afonso/Ba, a partir de 2002 em Jatobá/Pe e, a partir de 2006 em Petrolândia/Pe. A atividade que é a maior geradora de empregos e de distribuição de renda na economia regional, produz, segundo o IBGE, mais de 44 mil toneladas de tilápias por ano, gerando mais de 5000 (cinco mil) postos de trabalho diretos e indiretos e, segundo a PEIXE SF deverá movimentar no ano safra 2020/2021, mais de 500 milhões de Reais na economia regional.

Em um segundo momento, o estudo pretendeu ampliar, sem esgotar o tema e o debate, sobre os resultados alcançados através da implantação de modelos de desenvolvimento em comunidades de piscicultores familiares, e os impactos sobre a economia local e sobre a qualidade de vida dos envolvidos, baseados em dois modelos de associativismo. O primeiro modelo, tradicional de fomento com recursos não reembolsáveis, ATER oficial e forte viés institucional nos municípios de Paulo Afonso/Ba e Petrolândia/Pe e, outro modelo, com metodologia interdisciplinar, do aprender fazendo, com foco em um modelo diferenciado de associativismo, gestão e foco no coletivo, implantado pela Diocese de Floresta/Pe nos municípios pernambucanos de Jatobá, Itacuruba e Belém do São Francisco. Buscou-se ainda entender este modelo diferenciado de ATER implantado por Padre Antonio Miglio, onde o acompanhamento técnico e as capacitações em associativismo, gestão e comercialização, são permanentes e não sofrem descontinuidade ao longo do tempo.

O segundo modelo demonstra ser mais eficaz e trazer mais resultados, maior segurança e autonomia nos processos produtivos e de gestão das associações, onde as decisões e as responsabilidades com a atividade são de todos. Os resultados deste modelo estão reconhecidos e servem de referência para outros grupos que pretendam implantar sistemas produtivos de pisciculturas familiares em tanques rede.

No primeiro modelo de fomento e ATER oficial as ASS01, ASS02, ASS06 e AS07 demonstram que, apesar de estarem constituídas a bastante tempo e se considerarem autônomas, continuam dependentes de políticas públicas para a sua sobrevivência. O processo de formalização destas associações pesquisadas se deu através da indução dos governos dos estados e dos municípios para participação em

programas de desenvolvimento rural, baseado em piscicultura familiar, através de políticas públicas de associativismo, patrocinados com recursos internacionais, não reembolsáveis e coparticipação de recursos estaduais, através do Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado da Bahia – PRODUZIR e em Pernambuco do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRORURAL. Observou-se que nestes casos não foi devidamente aplicada a política pública de ATER, por carência no acompanhamento técnico e por poucas capacitações em associativismo, gestão e em empreendedorismo, além da descontinuidade das ações ao longo do tempo. As associações tem na figura do presidente, que centraliza as decisões, e se considera como “dono” da associação, basicamente, todas as informações e controles da atividade. Os associados quase sempre não têm acesso nem se interessam pelas informações mínimas da contabilidade. As reuniões são espaçadas no tempo e quase sempre com baixa participação dos associados nas decisões.

É bem verdade que os projetos foram implantados e seus produtos finais foram entregues. Nas associações em estudo, os associados falam dos benefícios, como o acesso ao processo produtivo da piscicultura em tanques rede, melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, dinamização da economia local, melhoria nos serviços de infraestrutura (energia, estradas) de acesso às pisciculturas, etc. Parece ter havido, a princípio, a participação com interesses apenas nos resultados, ou seja, onde os fins justificaram os meios. Confundiu-se “associação” com associativismo, onde os indivíduos decidiram participar do esforço público para poderem se beneficiar dos resultados do acesso a programas estruturantes e de melhores alternativas de renda.

No segundo caso, as ASS03, ASS04 e ASS05, demonstram segurança e autonomia nos seus processos produtivos e de gestão. Como no processo de formalização destas associações a participação no programa de desenvolvimento rural, baseado em piscicultura familiar, com o apoio da Diocese de Floresta/Pe, patrocinados com recursos internacionais, reembolsáveis, foram de livre e espontânea adesão, que aconteceram através de um modelo inovador, com metodologia interdisciplinar, do aprender fazendo, em um modelo diferenciado de associativismo, gestão compartilhada e foco no coletivo, onde o coletivo se sobrepõe ao individual e as decisões e as responsabilidades com a atividade são de responsabilidade de todos, o sucesso deste modelo é reconhecido e serve de referência para outros grupos que pretendam implantar sistemas produtivos de pisciculturas familiares em tanques rede. No modelo

estudado, a ATER, o acompanhamento técnico e as capacitações em associativismo, gestão e comercialização, são permanentes ao longo do tempo. As associações não tem “dono”, os bens são de uso comum e, as tarefas e os resultados partilhados de forma igual para todos. Para Dona Ivone Lisboa “cada pessoa com mais conhecimentos deve acreditar em quem tem poucos conhecimentos e ajudar essa pessoa a crescer”. Já o Padre Antônio prega para que “acreditem no que estão fazendo e não no que os outros pedem para você fazer”. Os associados seguem metodologia própria, desenvolvida por Padre Antônio e Dona Ivone Lisboa, metodologia essa que mesmo nos casos em que o associativismo deu errado, com a evasão de associados, mesmo assim pode ser considerado como se também tivesse dado certo, pois seu *modus operandi* e o “modelo” se replicou em maior ou menor escala, gerando postos de auto emprego e, através do empreendedorismo, o surgimento de novos negócios e oportunidades.

As pisciculturas orientadas por Padre Antonio e Dona Ivone Lisboa mudaram para melhor nos últimos 20 anos, direta ou indiretamente, a vida de mais de 800 pessoas. Hoje são cerca das 84 famílias trabalham diretamente da produção de tilápias nas associações. Além destas associações do padre, o município hoje possui mais 46 pisciculturas familiares que, em sua a maioria, é formada por ex-associados, egressos do modelo Padre Antonio. A piscicultura em tanques rede é a única atividade agropecuária que gera renda em Jatobá e segundo o IBGE é o maior produtor de tilápias do estado de Pernambuco, com média de 14 mil toneladas anuais o que o coloca como o 3º maior produtor individual de tilápias do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANATER – **História da ATER no Brasil** Disponível em <http://www.anater.org/historia-extensao-rural.jsp> , acesso em 20 de agosto de 2018

BARROSO, Renata Melon et al , **Dimensão socioeconômica da tilapicultura no Brasil**. Brasília, DF : Embrapa, 2018. ISBN 978 -85-7035-773-1 disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/info-teca/bitstream/doc/1089746/1/CNPASA2018lvdimensao.pdf> acesso em 27 de julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.188. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER...** De 11 de janeiro de 2010. Brasília Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm acesso em 01 de agosto de 2018.

BONNAL Philippe; MALUF, Renato S. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil** , Revista *Política & Sociedade* - ISSN 2175-7984 Florianópolis - SC – Brasil v. 8, n. 14 (2009) p 211-250 disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p211/10959> acesso em 02 de agosto de 2018.

CARNEIRO, Maria José - **Ruralidade: novas identidades em construção** - Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm> Acesso em 09 de agosto de 2018.

CADERNO TERRITORIAL ITAPARICA BA/PE disponível em http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_118_Itaparica%20-%20BA%20PE.pdf acesso em 27 de julho de 2019.

DANTAS, Thiago. **Grupos Sociais**. - Artigo disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/sociologia/grupos-sociais.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2018

DATASEBRAE disponível em <https://datasebrae.com.br/ig-vale-do-submedio-sao-francisco/> Acessado em 11 de setembro de 2019

FARIA, José Henrique. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo, SP, Editora Atlas (2009) disponível em https://www.researchgate.net/publication/325274232_Gestao_Participativa_relacoes_de_poder_e_de_trabalho_nas_organizacoes acesso em 15 de agosto de 2018

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf. Acessado em: 17 ago. 2018.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 3ª Edição Editora Atlas S.A. 1991

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM 2000. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBPQ, 2000. disponível em: <http://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Empreendedorismo-no-Brasil-2000.pdf>. acesso em: 02/08/2019.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo - **O novo rural brasileiro** - Projeto Rurbano (www.eco.unicamp.br) que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP Disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf acesso em 09 de agosto de 2018

JUKERVICZ, Ana Paula. **Introdução à Psicologia do Trabalho**. – São Paulo: Colégio Polivalente, 2009. Disponível em <http://www.ldapolivalente.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/168/arquivos/File/psico.doc> acesso em 15 de agosto de 2018

KAZTMAN, Ruben. **Vulnerabilidad y Exclusión social. Uma proposta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares**.

KRÜGER, Cristiane et al. **As características comportamentais empreendedoras de David McClelland**, Revista Caribeña de Ciencias Sociales (janeiro 2017). Disponível em <http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/01/mcclelland.html> e <http://hdl.handle.net/20.500.11763/caribe1701mcclelland> acessado em 15 agosto 2019

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata **Desenvolvimento regional: principais teorias** Revista Thêma et Scientia – Vol. 5, no 2, jul/dez 2015 disponível em <https://www.faq.edu.br/upload/arquivo/1457726705.pdf> acesso em 15 de agosto de 2018

MARTINS, José Souza - **O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural** Sessão de encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro – 04 de agosto de 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004 . Acesso em 16 de agosto de 2018.

NAÇÕES UNIDAS, disponível em <https://nacoesunidas.org> acesso em 10 de setembro de 2019.

PANORAMA DA AQUICULTURA, 28-fev-2004 disponível em <https://panoramadaaquicultura.com.br/grande-mortalidade-de-tilapias-deixa-perplexos-os-piscicultores-de-paulo-afonso/> acesso em 10/09/2019

PE. ANTONIO MIGLIO, IVONE LISBOA DA SILVA E DIOCESE DE FLORESTA-PEBRASIL: REFERÊNCIA MUNDIAL EM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL – Artigo disponível em <https://diocesedefloresta.wordpress.com/acao-social/> Acesso em 10 de novembro de 2018

PORTAL DA PREFEITURA DE PETROLÂNDIA, disponível em <http://www.petrolandia.pe.gov.br/~petrolandiapego/noticia/139/petrolandia-promove-farum-de-piscicultura-da-regiao-de-itaparica.html> , acesso em 11 de setembro de 2019

RIBEIRO, Marcus Rodrigo Ferreira et al. **A piscicultura nos reservatórios hidrelétricos do submédio e baixo São Francisco, região semiárida do nordeste do Brasil** disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/ActaFish/article/view/3092> acesso em 26 de dezembro 2019

SACHS, Ignacy. Organizado por Nascimento, E. P. & Vianna. J. N. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**, Rio de Janeiro. Garamond. (2007) disponível em https://www.researchgate.net/publication/282971330_Dilemas_e_desafios_do_desenvolvimento_sustentavel_da_Amazonia_O_caso_brasileiro Acesso em 02 de agosto de 2019

SACHS, Ignacy. (2009). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond. Disponível em <https://www.garamond.com.br/produto/337.pdf> acesso em 02 de agosto de 2019

SEBRAE – **Cartilha Empreender no Campo**. Brasília 2013

SEN, Amartya (2010). **Desenvolvimento como liberdade** (Development as freedom); tradução Motta, L. T. São Paulo: Companhia das Letras. Disponível em <http://stoa.usp.br/carlagd/files/-1/18591/1c++SEN++des+como+liberdade.pdf> acesso em 02 de agosto de 2019

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de natal gt 8. Juventudes contemporâneas entre o urbano e o rural: aproximações e diferenças**, UFAL, Maceió, Setembro de 2007, disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf> acesso em 10.10.2018

TERRITORIO ITAPARICA disponível em <http://culturaterritorioitaparica.blogspot.com/p/territorio-itaparica.html> acesso em 27/09/2018 às 15h39

UNIVASF – Programa de Pós graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento – disponível em <http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br> acesso em 05 de julho 2018

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

VIDAL, Maria de Fátima. **Panorama da Piscicultura no Nordeste** Caderno Setorial Etene, ano 1, n 3, novembro 2016.

WEBER, Josiane; MORGAN, Andressa; WINC, César Augustus – **Empreendedorismo rural sustentável no contexto do Oeste Catarinense: Um estudo de caso no município de Guatambu**, IX EGEPE, Passo Fundo RS, Março 2016, disponível em <https://www.egepe.org.br/2016/artigos-egepe/440.pdf> acesso em 02/07/2018

WOORTMANN, Klaas - **Com parente não se negueia - O Campesinato Como Ordem Moral** Editora UNB, 1990. Disponível em http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf Acesso em 15 de agosto de 2018.

ANEXO A: INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONOMICO APLICADO NAS ASSOCIAÇÕES DE PISCICULTURAS EM TANQUES REDE NO SUB MÉDIO SÃO FRANCISCO – TERRITÓRIO ITAPARICA BA / PE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TECNICOS E EXTENSIONISTAS QUE TRABALHAM COM AS ASSOCIAÇÕES DE PISCICULTURAS EM TANQUES REDE NO SUB MÉDIO SÃO FRANCISCO – TERRITÓRIO ITAPARICA BA / PE
(adaptado de Professor Dr. Ricardo Duarte)

ENTREVISTA SONORA COM PADRE ANTONIO MIGLIO E IVONE LISBOA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO- PRPPGI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR MESTRADO PROFISSIONAL

BA 210 Km 04 – Rodovia Juazeiro/ Sobradinho, Bairro Malhada da Areia
Cep.: 48909-210 – Juazeiro/BA Fone: 74 3611-7206 E-mail: cpgexr@univasf.edu.br

Data do preenchimento: ___/___/___

Sexo: Masc. () Fem. () Idade: _____

Nome: _____

Sonora: fazer o resgate histórico da associação; os grupos envolvidos/indutores da sua criação; a motivação da criação da associação; as atividades realizadas; a frequência dos encontros e reuniões; participação de mulheres; participação de jovens; a participação dos associados nas discussões e nas atividades; a avaliação dos resultados até então alcançados;

1. Qual o seu grau de escolaridade?

Ensino Fundamental: () Completo. () incompleto.

Ensino Médio: () completo. () incompleto.

Ensino Superior: () completo. () incompleto.

() Não estudei.

2. Qual o seu estado civil?

() Casado(a).

() Solteiro(a).

() Separado(a).

() Viúvo(a).

() Amasiado

3. Você tem filhos?

() Sim.

() Não.

4. Você exerce outra atividade remunerada fora da associação?

() Sim. () Não.

Se sim. Qual? _____

5. Qual função você exerce na associação?

- Piscicultor (a)
- Dirigente: Qual cargo? _____
- Associado
- Outra opinião: _____

6. Está a quanto tempo na atividade da Piscicultura?

- menos de 2 anos
- entre 2 a 5 anos
- mais de 5 anos

7. A renda que você obtém na Associação dar para manter sua família?

- Sim. Dar para manter minha família.
- Sim. Dar para manter minha família, porém com dificuldades.
- Não. Pois, não é capaz de manter minha família.
- Não. Pois, enfrento muitas dificuldades financeiras com essa renda.
- Outra opinião: _____

8. Em sua opinião a piscicultura contribui para melhorar sua vida?

- Sim. Pois hoje consigo ajudar na renda familiar.
- Sim. Pois saí da situação de desemprego.
- Não. Pois enfrento as mesmas dificuldades de antes.
- Não. Pois o que ganho é pouco.
- Outra opinião: _____

9. A Associação faz o planejamento das atividades que são desenvolvidas? Qual a frequência?

- Sim. Semanalmente.
- Sim. Mensalmente.
- Não. Apenas quando dar certo.
- Não. O planejamento não é feito.
- Outra opinião: _____

10. A Associação faz palestras, cursos, treinamentos em gestão e para os associados? Qual a frequência?

- Sim. Raramente.
- Sim. Frequentemente.
- Não.
- Outra opinião: _____

11. A Associação faz palestras, cursos, treinamentos sobre empreendedorismo para os associados? Qual a frequência?

- Sim. Raramente.
- Sim. Frequentemente.
- Não.
- Outra opinião: _____

12. Em sua opinião a Associação consegue atender de maneira satisfatória os seus associados?

- Sim. Estou satisfeito
- Não. Estou insatisfeito.
- Outra opinião: _____.

13. Em sua opinião quais são os principais problemas que a Associação enfrenta?

- Falta de recursos financeiros.
- A saída de associados do grupo.
- Falta de acompanhamento técnico de um consultor de negócios.
- Dificuldades na Gestão (compras, estoques, vendas, financeiro).
- Outra opinião: _____

14. Em relação a material e produtos, é feito o controle do que existe em estoque?

- Sim.
- Não.

15. Existe o planejamento do que será comprado pelo grupo?

- Sim. Não.
- Outra opinião: _____

16. Quais os objetivos que a Associação pretende alcançar?

- Possibilitar que os seus membros/participantes vivam com mais dignidade.
- Melhorar a renda familiar dos membros/participantes envolvidos no projeto.
- Incluir jovens e mulheres em situação de risco.
- Mostrar que a união gera resultados.
- Outra opinião: _____.

17. Em sua opinião, o que impede que esses objetivos sejam alcançados?

- Desânimo de alguns membros/participantes.
- Baixa arrecadação financeira.
- Saída de associados do projeto.
- Falta de organização e planejamento financeiro do grupo.
- Outra opinião: _____.

18. O que poderia ser feito ou implementado para que os objetivos fossem alcançados?

- Motivação do grupo através de palestras.
- Planejamento financeiro da organização.
- Definir melhor a função de cada membro/participante dentro da organização.
- Capacitação do grupo através de oficinas de reciclagem.
- Outra opinião: _____.

19. O que poderia ser realizado para diminuir ou resolver os problemas encontrados na Associação?

- Aumentar o número de membros/participantes do projeto.
- Melhorar o planejamento das atividades do projeto.
- Implantar Programa de Gestão (compras, estoques, vendas, financeiro)
- Outra opinião: _____.

20. Existe o controle financeiro na Associação, possibilitando saber o quanto é gasto no mês e o quanto se consegue obter como lucro ao final de cada mês?

- Sim.
 - Não.
 - Se sim. O que é utilizado para fazer esse acompanhamento: anotações em caderno, planilhas, tabelas, etc.?
-

21. Existe um arquivo com o cadastro e informações dos clientes, como débitos ou encomendas?

- Sim. Não.

22. Quando se identifica que algo não vai bem no grupo os membros se reúnem para discutir a causa do problema e as possíveis soluções?

- Sim. Não.

23. A Associação recebe apoio e/ou assistência técnica? Qual a frequência?

- Sim. Raramente.
- Sim. Frequentemente.
- Não. Apenas quando tem algum projeto.

24. A Associação recebe ou recebeu algum projeto do Governo? Atendeu aos interesses da associação?

- Sim. Estou satisfeito
- Sim. Estou insatisfeito.
- Não.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO- PRPPGI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR
MESTRADO PROFISSIONAL**

**BA 210 Km 04 – Rodovia Juazeiro/ Sobradinho, Bairro Malhada da Areia
Cep.: 48909-210 – Juazeiro/BA Fone: 74 3611-7206 E-mail: cpgexr@univasf.edu.br**

Data do preenchimento: ___/___/___

Sexo: Masc. () Fem. () **Idade:** _____

Nome: _____

1. A sua empresa presta serviço de ATER?

- () Sim. ATER pública
- () Sim. ATER privada
- () Sim. Entidade Não Governamental

2. Está a quanto tempo na atividade da Piscicultura?

- () menos de 2 anos
- () entre 2 a 5 anos
- () mais de 5 anos

3. As Associações e os piscicultores familiares recebem apoio e/ou assistência técnica com qual a frequência?

- () Sim. Raramente.
- () Sim. Frequentemente.
- () Não. Apenas quando tem algum projeto.

4. As Associações e os piscicultores familiares recebem ou receberam algum projeto do Governo de interesse dos associados?

- () Sim. Estou satisfeito
- () Não.

5. As Associações e os piscicultores familiares que você acompanha fazem o planejamento das atividades que são desenvolvidas? Qual a frequência?

- () Sim. Semanalmente.
- () Sim. Mensalmente.
- () Não. Apenas quando dar certo.
- () Não. O planejamento não é feito.

6. A sua Empresa de ATER faz palestras, cursos, treinamentos em gestão e empreendedorismo para as Associações e os piscicultores familiares? Qual a frequência?

- Sim. Raramente.
- Sim. Frequentemente.
- Não.

7. Em sua opinião as Associações conseguem atender de maneira satisfatória os interesses de seus associados?

- Sim.
- Não.
- Outra opinião: _____.

8. Em sua opinião quais são os principais problemas que as Associações enfrentam?

- Falta de recursos financeiros.
- A saída de associados do grupo.
- Falta de acompanhamento técnico.
- Dificuldades na Gestão (compras, estoques, vendas, financeiro).

9. Quando se identifica que algo não vai bem no grupo os membros se reúnem para discutir a causa do problema e as possíveis soluções?

- Sim.
- Não.

10. O que poderia ser realizado para diminuir ou resolver os problemas encontrados nas Associações?

- Planejamento financeiro da organização.
- Definir melhor a função de cada membro/participante dentro da organização.
- Capacitação do grupo através de oficinas de reciclagem.
- Aumentar o número de membros/participantes do projeto.
- Melhorar o planejamento das atividades do projeto.
- Implantar Programa de Gestão (compras, estoques, vendas, financeiro)
- Acesso ao crédito oficial e outros programas de fomento

11. Em sua opinião quais são os principais problemas que e os piscicultores familiares enfrentam?

- Falta de recursos financeiros.
- Falta de acompanhamento técnico.
- Dificuldades na Gestão (compras, estoques, vendas, financeiro).
- Acesso ao crédito oficial e outros programas de fomento

12. O que poderia ser realizado para diminuir ou resolver os problemas encontrados nos piscicultores familiares

- Planejamento financeiro da piscicultura.
- Capacitação através de oficinas de reciclagem.
- Implantar Programa de Gestão (compras, estoques, vendas, financeiro)

13. Existe o controle financeiro nas Associações e nos piscicultores familiares, possibilitando saber o quanto é gasto no mês e o quanto se consegue obter como lucro ao final de cada mês?

- Sim.
- Não.

14. O que é utilizado para fazer esse acompanhamento financeiro?

- anotações em caderno
- planilhas, tabelas, etc.
- Software de gerenciamento

15. Existe um arquivo com o cadastro e informações dos clientes, como débitos ou encomendas?

- Sim.
- Não.

16. Você avalia ser importante um software / aplicativo para contribuir na gestão das associações e pisciculturas familiares?

- Sim.
- Não.

17. Você avalia ser importante a realização de cursos e capacitações em empreendedorismo e em administração para contribuir na gestão das associações e pisciculturas familiares?

- Sim.
- Não.

18. Estaria disposto a colaborar na construção destas ferramentas?

- Sim.
- Não.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO- PRPPGI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR
MESTRADO PROFISSIONAL**

**BA 210 Km 04 – Rodovia Juazeiro/ Sobradinho, Bairro Malhada da Areia
Cep.: 48909-210 – Juazeiro/BA Fone: 74 3611-7206 E-mail: cpgexr@univasf.edu.br**

Entrevista sonora com Padre Antônio Miglio de Ivone Lisboa da Silva

Padre Antônio – o padre pescador ou padre extensionista?

- Conte-nos a história! Como começou a sua relação com as piscicultura?
- Qual era o objetivo da Diocese?
- Porque a piscicultura?
- Como foi a formação da primeira associação? De onde vieram as pessoas? E os recursos financeiros?
- Em que se baseou para montar a metodologia de associativismo?
- Por que 12 associados e 65 tanques?
- Quais as ferramentas utilizadas na capacitação e quanto tempo duram cada atividade?
- É trabalhado o empreendedorismo?
- Quais são as ferramentas de gestão (planilhas, controles, anotações, etc) usadas nos grupos?
- E sobre a participação das jovens?
- E sobre a a participação das mulheres?
- Porque algumas associações fecharam e em outras algumas pessoas desistiram da atividade?
- Principais acertos (benefícios, ganhos coletivos etc) e erros cometidos?
- É possível a replicação do exemplo?
- O Senhor se considera realizado? Missão Cumprida?
- Avalia ser importante um software / aplicativo para contribuir na gestão das associações?
- E a realização de cursos e capacitações em empreendedorismo e em administração?
- Estaria disposto a colaborar na construção destas ferramentas?
- Mensagem final

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Empreendedorismo e Gestão como Ferramentas da Extensão Rural e dos Pequenos Negócios Associativos para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável”

CAAE Nº: 08373219.0.0000.5196

Nome do Pesquisador Responsável: Anttonio Almeida Júnior

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa para identificar a importância da Assistência Técnica e das capacitações em gestão e em empreendedorismo como forma de fortalecimento da piscicultura em tanques rede de forma associativa, implantada com recursos públicos ou privados. Sua participação é importante, porém, você não deve aceitar participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se desejar, qualquer pergunta para esclarecimento antes de concordar.

Envolvimento na pesquisa: A pesquisa será realizada com uma entrevista para preencher um questionário, onde terá perguntas relativas a ação de assistência técnica sobre o resultado da exploração da aquicultura. A entrevista tem previsão de duração de 30 minutos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução Nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Riscos, desconfortos e benefícios: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, contudo podem ocorrer o comparecimento de pessoas não autorizadas durante a entrevista e escutar sua pronuncia, causando constrangimentos em relatar informações que venha a se tornar pública, neste caso, pressentindo a presença de indivíduo não autorizado será suspenso de imediato as perguntas, evitando desconfortos, sendo em seguida solicitada a saída da pessoa não autorizada do local da entrevista.

Este estudo lhe oferece o benefício de adquirir conhecimentos que contribuam com o melhor desempenho na atividade da piscicultura em tanques rede. Espera-se como resultado que a pesquisa possa contribuir para a modernização de políticas públicas de Assistência Técnica e que venha a melhorar os processos de gestão e estímulo ao associativismo.

Garantias éticas: Todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa serão ressarcidas. É garantido ainda o seu direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e a assistência integral, imediata e pelo tempo necessário em caso de dano sem exigência de nexos causal comprovado.

Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Confidencialidade: é garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, mesmo após o término da pesquisa. Somente o(s) pesquisador(es) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados. Os dados serão guardados em arquivos eletrônicos, sob a tutela do pesquisador, por um período de 5 anos, em local seguro para garantir a confidencialidade.

É garantido ainda que você terá acesso aos resultados com o(s) pesquisador(es). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa com o(s) pesquisador(es) do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas uma das quais ficará com o(a) senhor(a) e a outra com o(s) pesquisador(es).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Observação: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do participante

POLEGAR DIREITO

Anttonio Almeida Júnior
Pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

Pesquisador Responsável: Anttonio Almeida Júnior, Rua: Amancio Pereira, 212 2º Andar – Centro – Paulo Afonso – BA – e-mail anttonioalmeidajunior@gmail.com fone: 75.999682611 e 75.99185.5810

Demais pesquisadores da equipe de pesquisa:

Prof. Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF - Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – e-mail: monica.tome@univasf.edu.br

Prof Dr. René Geraldo Cordeiro Silva Júnior - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF - Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – e-mail: rene.cordeiro@univasf.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIVASF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar
Telefone do Comitê: 87 2101-6896 - E-mail: cep@univasf.edu.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVASF) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas.